

# Sumário

Número de notícias: 44 | Número de veículos: 35

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - GERAIS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Brasileiros presos nos EUA** ..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Afonso critica rumo do debate sobre renúncia fiscal** ..... 5

ALÔ BRASÍLIA - DF - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**14 milhões de pessoas ainda não enviaram o IR** ..... 7

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Cartórios expandem serviços digitais** ..... 8

O LIBERAL - BELÉM - PA - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Grupo prioritário tem R\$ 54 mi na malha** ..... 9

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Bolsonaro corta verba destinada a modernizar sistema** ..... 10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

**Atenção ao fator previdenciário nos próximos anos** ..... 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

**Avanços e tropeços da reforma tributária** ..... 12

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

**Reforma será fatiada** ..... 14

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

**Dados do sus - DO ALTO DA TORRE** ..... 15

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
SEGURIDADE SOCIAL

**Padilha tenta por em pauta projeto que suspende patentes** ..... 17

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
SEGURIDADE SOCIAL

**Aposentadoria feminina encolhe na pandemia** ..... 19

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

**Renda maior a quem se aposentar** ..... 21

GAZETA DE ALAGOAS - AL - OPINIÃO  
SEGURIDADE SOCIAL

**Os valores de previdência privada são considerados incomunicáveis? (3)** ..... 22

PORTAL UOL - NOTÍCIAS  
SEGURIDADE SOCIAL

**Você sabe qual é a ocupação campeã em afastamentos por covid no INSS?** ..... 23

Terça-Feira, 11 de Maio de 2021

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
SERVIDOR PÚBLICO

**Pressão de base bolsonarista e servidor joga reforma administrativa para 2023** ..... 25

JORNAL DA CIDADE - ARACAJU - SE - POLÍTICA  
CONGRESSO EM FOCO

**Bolsonaristas apagam vídeos no YouTube** ..... 27

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**A política turva a reforma - BRASÍLIA - DF** ..... 28

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Passeio motorizado e ataque ao procurador - BAPTISTA CHAGAS DE ALMEIDA** ..... 29

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Comissão já admite fatar reforma tributária após intervenção de Lira** ..... 31

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Entendendo as opções (2)** ..... 33

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Governo descarta no momento ampliar postergação de pagamento de tributos** ..... 34

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Mandetta quer ser o "radical de centro" - ANDREA JUBÉ** ..... 35

R7 - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Lira sugere 'reforma tributária possível', com chance de aprovação** ..... 37

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Mourão critica portaria que permite supersalário** ..... 38

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Comércio e serviços buscam sobrevivência** ..... 40

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Ambientalistas classificam parecer de 'o pior projeto'** ..... 42

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Fim do Reiq pode fechar até 85 mil empregos, diz Abiquim** ..... 44

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Novamente taxas de juros das operações sobem em abril** ..... 46

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - GESTÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Empresas familiares enfrentam desafios tributários complexos** ..... 48

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Saúde ou economia, um dilema ético? (2)** ..... 50

O LIBERAL - BELÉM - PA - PANORAMA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Deputados querem CPI para investigar orçamento secreto ..... 52

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Pix permitirá saque e troco ..... 53

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA  
ECONOMIA

Carne e remédio antecipam nova alta da inflação ..... 55

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Planos de saúde ..... 56

VALOR ECONÔMICO - SP - CAPA  
ECONOMIA

Novo ciclo de commodities sustenta a alta da bolsa ..... 59

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Atraso de insumo chinês é retaliação a Bolsonaro, indica Doria ..... 61

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
ECONOMIA

Investimentos das concessões animam, mas não bastam (3) ..... 62

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
ECONOMIA

A pobreza escancarada - MARIA CLARA R. M. DO PRADO ..... 64

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Dívida pública de curto prazo pode atingir média de 19,3% do PIB ..... 66

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - ECONOMIA  
ECONOMIA

Para mercado, taxa Selic vai fechar o ano a 5,5% ..... 68

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO - OPINIÃO  
ECONOMIA

Medidas atrasadas e sem alvo não salvam a economia (3) ..... 69

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - OPINIÃO  
ECONOMIA

Privatizar a Eletrobrás é um atentado contra o Brasil (2) ..... 70

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO  
ECONOMIA

Retomada integral (3) ..... 72

# Brasileiros presos nos EUA

## *Tim Filho*

Um grupo de dez brasileiros acusados de uso ilegal de documentos de identidade de americanos para fraudar acesso em aplicativos como Uber, Instacart, Doordash, Lyft, entre outros, foi preso pela FBI nos Estados Unidos. As detenções ocorreram na sexta-feira em três pontos do país: Massachusetts, Flórida e Califórnia. Mais nove que fariam parte do esquema estão sendo procurados.

Um valadarense que tem cidadania americana, cuja colônia é grande nos EUA, explicou que a ação de muitos imigrantes tem sido agressiva no mercado de aplicativos. Tanto que milhares teriam passado a se dedicar a essa área, deixando de lado o trabalho pesado que faziam tempos atrás, como em restaurantes, construção civil e limpeza.

Nesta ação, a pessoa aluga o direito de operacionalizar os aplicativos. A fraude nesse caso está relacionada ao uso não autorizado de documentos de cidadãos norte-americanos, cujos dados são obtidos criminosamente. O imigrante que deu ao Estado de Minas detalhes sobre essa ação fraudulenta disse que há casos de brasileiros que ganharam US\$ 1 milhão em um ano.

O FBI chegou aos acusados de cometer os crimes checando informações do Internal Revenue Service (IRS), a **receita federal** americana. Seguindo o rastro do dinheiro, os investigadores ouviram os cidadãos americanos lesados pelos falsificadores, que se espantaram com o valor do Imposto de Renda devido, descrito nos formulários gerados pelo IRS. Eles teriam de pagar o imposto sobre o montante que os golpistas ganharam com os aplicativos. O golpe atingiu cerca de 2 mil vítimas.

Para o FBI, a responsabilidade seria dos imigrantes brasileiros presos. No esquema, de acordo com as apurações, os números de Social Security (SSN) e carteiras de motoristas de cidadãos americanos são usados indevidamente na abertura de contas nos aplicativos. Com essa ativação, os imigrantes alugam ou vendem essas contas para imigrantes sem documentos legalizados, que não têm autorização para dirigir.

Para o FBI, os autores da fraude colocaram em risco a segurança pública quando proporcionaram a pessoas inabilitadas a possibilidade de trabalhar nos aplicativos.

O grupo de imigrantes também usou, segundo o FBI, robôs para hackear os programas de bônus das empresas, aumentando a receita gerada pelas contas falsas, cujo valor não foi divulgado.

**PENAS** Em caso de comprovada a culpa, os imigrantes brasileiros podem ser condenados a até 20 anos de prisão, pena aplicada aos que conspiram contra o sistema financeiro dos Estados Unidos.

Cumulativamente, os crimes dos quais são acusados dizem respeito a fraude eletrônica, uso de identidade falsa, dentre outras acusações. Além da pena, eles serão multados em até US\$ 250 mil, ou duas vezes o ganho na fraude.

**Site:** <http://digital.em.com.br/>

# Afonso critica rumo do debate sobre renúncia fiscal

**Fabio Graner**

O economista José Roberto Afonso criticou ao Valor os rumos do debate sobre renúncias fiscais, em especial do Simples Nacional - o sistema simplificado de **tributos** para micro e pequenas empresas. Ele está dando consultoria para o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sebrae) sobre o modelo de tributação no Brasil e contesta, por exemplo, as contas de renúncias para Simples, divulgadas pela **Receita Federal**.

Segundo Afonso, o regime diferenciado de tributação das empresas de menor porte está na Constituição e não cabe falar em renúncia de arrecadação a partir de um conceito etéreo de tributação ideal considerado pelo fisco. Além disso, aponta o economista, a metodologia de cálculo da Receita não é clara, os dados completos para análise dos cálculos não estariam disponíveis (só alguns dados parciais), e o órgão não a explica.

De acordo com os demonstrativos de "gastos tributários" (nome oficial das renúncias) que a Receita anexou ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), a estimativa de renúncias para este ano é de R\$ 84,2 bilhões e, para 2022, encosta em R\$ 90 bilhões.

Ele considera que é uma "renúncia à razão" tratar o Simples e alguns outros regimes especiais como gasto tributário. A tese, avalia, parte de um pressuposto de que está se abrindo mão de algo, o que não se aplicaria no caso da tributação diferenciada das empresas de menor porte.

"Se você acabar com o Simples, o governo não vai arrecadar os R\$ 80 bilhões que ele estima como renúncia. Esse caso é emblemático. Se acabar com o Simples, o que vai acontecer é muitas empresas irem para a informalidade. Há vários estudos internacionais mostrando que o Brasil é um caso de sucesso na formalização das empresas [por causa do Simples]", afirmou Afonso. Além disso, explica, seria necessário estimar como se comportariam as empresas que continuassem formais, entre outras.

Para Afonso, convencionou-se tratar a revisão de renúncias como uma "panaceia" para os problemas brasileiros na área fiscal, um raciocínio que em sua

visão é simplista e não vai resolver a questão. Ele aponta que nem sequer há uma clara definição do que é renúncia, já que a Receita não divulga números por exemplo do que abre mão com isenções de Imposto de Renda em instrumentos financeiros como CRA/CRI e fundos exclusivos.

Segundo ele, o correto seria o governo estar trabalhando para encontrar formas de ajudar as empresas menores a inovarem, a qualificar o trabalhador para enfrentar melhor uma realidade de demanda por empregos sem carteira assinada e no qual se é contratado como empresa (pejotizado, termo que ele não gosta). "Essa é a discussão que deveria estar sendo feita."

Embora tenha muitos simpatizantes no governo e no Congresso, o Simples é sempre mencionado pela área fiscal da equipe econômica como um custo fiscal excessivo que precisaria ser revisto. Nenhuma iniciativa, porém, foi tomada nessa direção.

Na aprovação da PEC Emergencial, em março, o governo conseguiu inserir um dispositivo para reduzir os benefícios fiscais. Porém, o texto final preservou alguns programas da tesourada, entre eles o Simples, a Zona Franca de Manaus, que é um dos maiores volumes de renúncia pelos cálculos da Receita (R\$ 27,9 bilhões), e a desoneração da cesta básica.

No relatório da **reforma tributária** divulgado pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-AL) na última terça-feira, o tratamento diferenciado pelo Simples Nacional foi mantido. Mas com ponderações críticas ao desenho atual.

"Apesar de termos severas restrições ao que se tornou o Simples Nacional, entendemos que a correção de suas vicissitudes compete à legislação infraconstitucional, a qual necessita de ampla e profunda revisão", comentou Ribeiro em seu relatório. "É necessário questionar o quanto que esse papel é efetivamente fomentado pelo regime favorecido de tributação e obrigações acessórias, e não pelo desmedido limite de receita bruta tolerado para nele ingressar - de R\$ 4,8 milhões. Essa larga admissão, sem paralelo no mundo, faz com que a quase totalidade das pessoas jurídicas deste país estejam nele incluídas", completa o documento, lembrando ainda do problema da "pejotização".

**Site:**

**[https://www.valor.com.br/virador?valor\\_pro=1#/edition/186855?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador?valor_pro=1#/edition/186855?page=1&section=1)**

# 14 milhões de pessoas ainda não enviaram o IR

A três semanas do fim do prazo, quase metade dos contribuintes ainda não acertou as contas com o Leão. Até o momento, 18.277.068 contribuintes enviaram a Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física, 56% do previsto para este ano. O balanço foi divulgado pela **Receita Federal**.

Neste ano, o Fisco espera receber até 32.619.749 declarações. No ano passado, foram enviadas 31.980.146 declarações. O prazo de entrega começou em 1º de março e vai até as 23h50min59s de 31 de maio. Em abril, a Câmara e o Senado aprovaram projeto de lei que adiaría novamente o prazo para 31 de julho, por causa do agravamento da pandemia. No entanto, na última quarta-feira (5), o presidente Jair Bolsonaro vetou a proposta, após recomendação da **Receita Federal**. O programa para computador está disponível na página da **Receita Federal** na internet. Quem perder o prazo de envio terá de pagar multa de R\$ 165,74 ou 1% do imposto devido, prevalecendo o maior valor.

**Site:**

[https://issuu.com/jornalalobrasilia/docs/ano\\_14\\_edic\\_a\\_o\\_3184](https://issuu.com/jornalalobrasilia/docs/ano_14_edic_a_o_3184)

# Cartórios expandem serviços digitais

Casamentos por videoconferência, escrituras de compra e venda de imóveis on-line, registros de propriedade feitos de forma digital, protesto de dívidas, cancelamento de títulos e registros de documentos pela internet. Passado um ano da chegada da pandemia no Brasil uma verdadeira revolução se instalou em uma das mais tradicionais atividades jurídicas do País. Os cartórios brasileiros se tornaram digitais.

Com 93% da totalidade de seus atos já disponíveis on-line, os cartórios contam hoje com mais de 150 serviços eletrônicos à disposição da população, tendo praticado mais de 250 milhões de atos digitais desde o início da pandemia da Covid-19. Considerados serviços essenciais à população, permaneceram com suas instalações físicas abertas, mas abriram novas frentes para alcançar o cidadão, impossibilitado de se locomover, levando segurança jurídica, autenticidade e fé pública para o mundo virtual.

Vinculados à uma série de rígidos regramentos definidos por leis federais, estaduais e normas editadas pelo Poder Judiciário nacional e também dos diferentes estados da Federação, os cartórios de notas e de registros viram a pandemia estimular as autoridades a avançarem na regulamentação dos serviços digitais, pleito antigo do setor, mas que encontrava vasta resistências nos órgãos fiscalizadores.

Serviço essencial para os atos de nascimento, casamentos e óbitos, os cartórios de registro civil viram disparar as solicitações de certidões eletrônicas durante a pandemia.

Segundo dados do portal oficial [www.registrocivil.org.br](http://www.registrocivil.org.br),

houve um aumento de 162% nos pedidos de atos eletrônicos nos 7.640 cartórios brasileiros. Casamentos também deixaram de ser exclusivamente presenciais em 19 Estados do País, com normas autorizando celebrações por whatsapp, zoom, meetings e outros aplicativos virtuais.

Migração - Em vigor desde junho de 2020, o Provimento nº 100 publicado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) reformulou toda a prática de atos notariais, tornando possível que quase todos os atos migrassem para o mundo virtual. Desta forma, escrituras de compra e venda de imóveis, doações, divórcios, inventários, partilhas e, mais recentemente as autenticações de documentos se tornassem digitais

por meio de uma plataforma única que integra todos os tabeliães de notas do País, o site [www.e-notariado.org.br](http://www.e-notariado.org.br).

Em menos de um ano, mais de 70 mil atos notariais eletrônicos foram praticados no Brasil.

Ainda no início da pandemia foi a vez do ministro Dias Toffoli, então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), atuando como corregedor nacional de Justiça autorizar os cartórios de Imóveis a receberem títulos para registro em formato digital por meio do Provimento nº 95. Esta inovação se juntou a uma série de outros serviços eletrônicos disponibilizados pelo portal [www.registradores.org.br](http://www.registradores.org.br).

que vão desde a consulta de registros, passando pelo pedido de certidões, busca de certidões e matrículas online.

Já adaptado aos serviços digitais, tendo na plataforma [www.pesquisaprotesto.com.br](http://www.pesquisaprotesto.com.br) uma série de serviços eletrônicos, desde o envio de títulos de cobrança, cancelamentos, pesquisas gratuitas de CPFs e CNPJs com dívidas, os cartórios de protesto ganharam novo impulso com a publicação de duas normas nacionais, regulando o procedimento de intimação por meio eletrônico e o parcelamento do pagamento de dívidas protestadas, totalizando mais de 10 milhões de atos digitais desde o início da pandemia.

Responsáveis pelos atos de constituição de pessoas jurídicas no Brasil, os cartórios de registro de títulos e documentos inauguram sua nova plataforma online de serviços, por meio da Central RTDPJ [www.rtdbrasil.org.br](http://www.rtdbrasil.org.br), com serviços que permitem a coleta de assinaturas com certificado digital e o envio de documentos para registros de forma eletrônica pelo Portal.

Outro avanço importante se deu com a integração com a **Receita Federal do Brasil** para a emissão do CNPJ no ato da constituição de empresas.

**Site:** <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-11-05-2021/>

## Grupo prioritário tem R\$ 54 mi na malha

Por meio do projeto "Restituição Prioritária", a **Receita Federal** analisará declarações retidas em malha fiscal, no exercício de 2021, de idosos e pessoas com moléstia grave. A partir deste mês será enviado por meio digital o Termo de Intimação a esses contribuintes que estejam em malha fiscal, no exercício 2021, para agilizar a análise e a liberação das restituições, na forma da legislação vigente. As restituições pleiteadas totalizam um valor aproximado em R\$ 54 milhões, segundo informações da Equipe Regional de Malha Fiscal Pessoa Física da 2ª Região Fiscal, que abrange os estados do Acre, Amazonas, Amapá, Roraima, Rondônia e Pará e é coordenada pela Delegacia da **Receita Federal** em Belém desde 2019.

Os documentos devem ser entregues por meio digital, conforme consta no Termo de Intimação da **Receita Federal** enviado para o endereço do contribuinte. A pessoa deve atender à intimação acessando o sistema e-Defesa, por meio do Termo de Atendimento da Intimação, disponibilizado naquela plataforma, e enviar a documentação comprobatória em meio digital. Institucionalizado em 2019, para muitos contribuintes o projeto se mostrou decisivo em 2020 e neste 2021, sobretudo considerando os prejuízos trazidos pela pandemia de covid-19.

Aprocura pelo serviço já ocorre de forma espontânea, o que demonstra a consolidação de mais um canal de atendimento disponibilizado à sociedade, para que possa superar as dificuldades nesse cenário sem precedentes. O intuito é de devolvê-las ao fluxo do processamento das restituições, propiciando o pronto recebimento de recursos para os contribuintes integrantes do grupo prioritário.

**Site:**

**<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login>**

# Bolsonaro corta verba destinada a modernizar sistema

Jair Bolsonaro cortou a verba que seria destinada pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) à modernização de seu principal instrumento de identificação de crimes relacionados à corrupção.

Seriam usados quase R\$ 7 milhões neste ano para atualizar o Sistema de Controle de Atividades Financeiras (Siscoaf). A plataforma recebe informações, analisa dados e produz relatórios de inteligência para órgãos como Polícia Federal, **Receita Federal** e Ministério Público.

Como a plataforma estava ficando desatualizada em meio ao avanço tecnológico, o Siscoaf vinha passando por um processo de atualização iniciado em 2013. As etapas finais do chamado Siscoaf 2 estavam previstas para 2021 - e o corte deve postergar a conclusão do trabalho.

Membros do Coaf pediram orientações nos últimos dias ao Banco Central, sobre como proceder diante das mudanças. Internamente, é dito que nenhum gasto em relação à modernização do Coaf será possível em 2021 a não ser que haja um remanejamento feito pelo governo por meio do Ministério da Economia. Mas a escassez de recursos em outras áreas limita as chances.

Após a sanção do Orçamento, Bolsonaro ainda congelou valores da pasta e de outros ministérios.

Gil Castello Branco, da ONG Contas Abertas, afirma que as escolhas no Orçamento refletem as prioridades do governo. "Neste momento, infelizmente, o combate à corrupção não é uma iniciativa prioritária, tanto para o Executivo quanto para o Legislativo", afirma.

Procurado, o Palácio do Planalto não se manifestou e pediu para que o Ministério da Economia fosse procurado.

A pasta disse que as verbas foram sancionadas após mudanças do Congresso.

**Site:**

**<https://digital.otempo.com.br/leitor/#/jornais/1/edicoes/15878>**

# Atenção ao fator previdenciário nos próximos anos

**VERA BATISTA**

De 2016 a 2019, mais de 913,4 mil pessoas se aposentaram no Brasil pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), usando o fator previdenciário. Sem esse instrumento, foram ao todo mais de 527 mil, no período. O fator previdenciário é uma fórmula matemática para definir o valor das aposentadorias. Quanto menor a idade no momento de vestir o pijama, maior é o redutor do benefício. Porém, mesmo com o redutor, os valores do benefício, em 2022 e em 2023, podem aumentar a favor dos contribuintes, porque um dos itens considerados no cálculo é a expectativa de vida.

E a pandemia, que levou à morte mais de 420 mil brasileiros e principalmente os idosos, na primeira onda, vai mexer também com os gastos com a Previdência. É o que diz o economista Pedro Nery, doutor em Economia pela Universidade de Brasília (UnB) e consultor de economia do Congresso Nacional, em entrevista publicada pelo Correio. Segundo especialistas, do ponto de vista técnico, as contas de Pedro Nery estão rigorosamente corretas. Na prática, porém, o dia a dia pode surpreender, pois a quantidade de pessoas que podem exercer o direito de não usar as regras pós-reforma da Previdência é residual, a partir de 2021.

Todos os trabalhadores, desde 2019, estão submetidos à regra 85/95. Ou seja, somados idade e anos de contribuição (homens 35 anos e mulheres 30 anos), o resultado tem que somar 85 e 95 pontos, respectivamente. Segundo Washington Barbosa, diretor de Relações Governamentais do Instituto de Estudos Previdenciários, Trabalhistas e Tributários (Ieprev), vale lembrar que grande parte dos trabalhadores se aposenta com o salário mínimo. Segundo informações da Secretaria Especial de **Previdência Social**, o fator é válido somente para "segurados filiados ao Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS) que até a data de entrada em vigor da Emenda Constitucional (EC 103) contavam com mais de 28 anos de contribuição, se mulher, e 33 anos de contribuição, se homem, no final de 2019". No raciocínio de Barbosa, "se a reforma foi em 2019, quem tinha até dois anos para se aposentar, terá que cumprir os dois anos, mais 50%, ou seja, mais 12 meses. Encerraria o prazo em 2022. Em tese, esse teria vantagem. O que também não podemos afirmar

que será o caso de todos".

No entanto, reforça Barbosa, se essa mesma pessoa esperar mais um ano, "e adotar a regra dos 100%, terá que trabalhar o dobro, ou seja dois anos até 2021 e mais dois (o dobro) até 2023". "Aí, em 2023, ele já está na nova regra, porque os dois anos previstos foram ultrapassados, e não precisa ter o redutor que diminui seus ganhos mensais. Ninguém precisa então usar uma fórmula que vai contra ele mesmo e diminui os seus ganhos mensais", reitera Barbosa.

Thaís Riedel, presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário e da Associação Confederativa Brasileira de Advocacia Previdenciária alerta que há, ainda, muita gente com direito adquirido e que não sabe o que fazer. As contas precisam observar caso a caso, porque a metodologia de apuração de aposentadoria é complicada e deve ser feita por especialistas, diz Thaís Riedel. "É fundamental que faça um planejamento previdenciário. Qualquer deslize, pode sair prejudicada", destacou a presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário.

# Avanços e tropeços da reforma tributária

**LUIZ CALCAGNOJOÃO VITOR TAVARES\***

Aos trancos e barrancos, o Congresso Nacional e o governo federal procuram encontrar uma saída para a **reforma tributária**. Após dissolver a comissão especial e colocar em suspenso o relatório preparado pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), segue com a intenção de fatiar a proposta que teria como finalidade simplificar o sistema tributário nacional com o projeto do governo. No Senado, o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), se encontrou com o ministro da Economia, Paulo Guedes, na tarde de ontem, para falar sobre o tema. Fora da agenda, a reunião foi breve.

O clima está longe de ser consensual, e um dos nós da **reforma tributária** é o texto elaborado pelo governo. A proposta do Ministério da Economia unifica o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins), criando um imposto sobre valor agregado (IVA), batizado de Contribuição Social Sobre Operações com Bens e Serviços (CBS). A CBS, porém, taxará outros setores que hoje não contribuem com o PIS/Cofins, a exemplo do setor de serviços. Além disso, a proposta não ataca o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o mais complexo, que gera o maior número de judicializações e guerras fiscais no sistema tributário brasileiro.

Para completar, há também o receio de que Guedes inclua no texto a nova Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Em 2020, Lira se disse favorável ao tributo, desde que com uma alíquota menor que a inicialmente prevista pelo governo, de 0,2%. O ministro da Economia sempre bateu na tecla de que não se trataria de uma CPMF. Porém a conversa nunca colou, pois o imposto, voltado para compra e venda pela internet, se aprovado, vai incidir sobre operações financeiras, incluindo saques e depósitos.

Ontem, em uma rede social, Lira fez duas postagens comentando o tema. "Vamos avançar com a **reforma tributária** sem nos preocupar com a paternidade do projeto. Esta semana devemos definir a tramitação, o formato. Temos aí duas reformas, a que envolve renda e a de consumo. Daremos um passo esta semana para fazermos a reforma de maneira ordenada", publicou às 8h45. "Com relação a **Reforma Tributária**, havendo fracionamento na parte de renda, e muito provavelmente haverá, nós deveremos decidir por três

ou quatro relatores diferentes e na minha conversa hoje com o Presidente do Senado, nós definiremos juntos qual vai ser o trâmite da matéria", comentou novamente às 9h16.

O líder do MDB na Câmara, Isnaldo Bulhões (AL) criticou a divisão ao Correio. "Meu posicionamento é claro. Tem que iniciar a discussão do relatório do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). Acredito que o caminho provável é ir direto a plenário ou criar outra comissão especial. Não acredito que pode sair uma **reforma tributária** fatiada. Só resolve problemas pontuais. Se começar uma discussão pelo CBS, PIS e Cofins, resolve só o federal. Acho que essa questão de escalar tem que ser na regulamentação, e não no texto, ou vai criar uma insegurança maior do que já estamos", argumentou.

O deputado Hildo Rocha (MDB-MA), presidente da comissão especial que debateu a PEC 45/2019, é ainda mais crítico. Para ele, a CBS não resolve o problema do sistema tributário. Ele lembra que o Brasil só entrará na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) com uma reforma mais profunda. "O tributo mais complexo é o ICMS, que gera litígios, não está sendo abarcado. O relatório do Aguinaldo, que ficou muito bom, que é uma reforma de fato, uma mudança no sistema tributário que acaba com a injustiça, a regressividade, diminui muito a complexidade, vindo a atender a exigência da OCDE, se não fizermos reforma mais ampla, nunca vamos entrar", lamentou.

Líder do PT, deputado Bohn Gass (RS), por sua vez, destacou que o projeto de Guedes não atende a nenhuma das exigências do partido, que é a maior bancada na Câmara. "Primeiro, não pode ficar só na simplificação. Não pode ficar só no consumo. E tem que mexer na questão do ICMS no destino. Que é o que dá guerra fiscal. E tem que mexer na progressividade sobre renda e patrimônio também", elencou. "O fatiamento é para nunca chegar na taxa progressiva. Precisamos de um debate concreto. E não só simplificação. Se a gente não atacar a cobrança do ICMS no destino e progressividade, só vamos cobrar imposto sobre o povo. E não sobre os mais ricos, que podem fazer lobbies no governo", alertou.

Impasse no Congresso

Fatiar ou não fatiar? Confira alguns pontos do debate da **reforma tributária** no Congresso:

## Imposto agregado

Ao propor fatiar a **reforma tributária**, o presidente da Câmara, Arthur Lira dá prevalência ao Projeto de Lei nº 3.887/2020. O PL cria um imposto sobre valor agregado (IVA) batizado de Contribuição Social Sobre Operações com Bens e Serviços (CBS).

## Unificação do PIS/Cofins

A CBS unifica o PIS/Cofins, e inclui o setor de serviços no grupo que paga o tributo. Por isso, quem é contrário alerta sobre o risco de aumento da carga.

## Nova CPMF

Há o receio que o ministro da Economia coloque nos próximos PLs da **reforma tributária** do governo uma nova CPMF.

## Comissão extinta

Havia uma comissão mista informal para debater as PECs 45 e 110 de 2019, da Câmara e do Senado, que propõe mudanças mais profundas no sistema. Na última semana, porém, o presidente da Câmara, Arthur Lira extinguiu o colegiado que buscava unir os dois textos, após a leitura do relatório pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

## Reforma profunda

Parlamentares argumentam que as PECs propunham mudanças mais consistentes no sistema tributário brasileiro. Entre as mudanças estão a simplificação do ICMS, a cobrança do ICMS na origem, para acabar com as guerras fiscais e uma maior regressividade do sistema.

"Não acredito que pode sair uma **reforma tributária** fatiada. Só resolve problemas pontuais. Se começar uma discussão pelo CBS, PIS e Cofins, resolve só o federal" Isnaldo Bulhões (MDB-AL), líder do partido na Câmara

## Reforma será fatiada

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou ontem que vai agilizar a proposta da **reforma tributária**, que será fracionada e dividida entre três ou quatro relatores. Ele disse que vai definir a questão com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM- MG), e líderes partidários. Lira disse ainda que quer avançar com o texto sem se "preocupar com a paternidade" do projeto e que vai decidir ainda esta semana sobre o formato de tramitação da proposta. "Vamos avançar com a **reforma tributária** sem nos preocupar com a paternidade do projeto. Esta semana devemos definir a tramitação, o formato. Temos aí duas reformas, a que envolve renda e a de consumo. Daremos um passo esta semana para fazermos a reforma de maneira ordenada", disse.

Na semana passada, sob o argumento de estouro de prazo, Lira extinguiu a comissão especial da Casa que analisava a **reforma tributária**. Segundo ele, os trabalhos da comissão expiraram há um ano e meio e o encerramento evitaria contestações judiciais no futuro. A extinção dos trabalhos do colegiado ocorreu horas depois de o relator da **reforma tributária**, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), ler o parecer sobre o tema na comissão mista de deputados e senadores, onde está sendo discutido um texto consensual antes da votação nas duas Casas.

A decisão de Lira foi tomada num momento de divergência entre o governo e a comissão mista. A equipe econômica queria uma proposta de **reforma tributária** fatiada, em que temas específicos fossem votados na medida em que houvesse acordo. O fatiamento da reforma também era defendido pelo presidente da Câmara, com o argumento de iria facilitar a tramitação da proposta. Ribeiro, entretanto, apresentou relatório no qual propôs a unificação de cinco **tributos** no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), texto considerado amplo pelo governo.

O parlamentar avalia a possibilidade de votar no plenário a **reforma tributária** sobre o tema da renda, com base no Projeto de lei 3.887/20, encaminhado pelo Executivo, uma vez que para sua aprovação é necessário apenas maioria simples, quórum menor do que o exigido para aprovar PECs. O projeto institui a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) com alíquota de 12%, em substituição ao Programa de Integração Social (PIS) e à Contribuição para Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins). De acordo com Arthur Lira, o importante é a aprovação da reforma, e não, "a paternidade do texto".

"É importante reafirmar que temos compromisso com a **reforma tributária** sem paternidade, sem CPF, sem interesse em privilegiar esse ou outro texto, temos o compromisso de votar uma **reforma tributária** possível. O ótimo é inimigo do bom, sobretudo, com a complexidade desse tema. Não podemos ficar agarrados em CPFs", disse. "A ideia é que possamos fazer uma reforma da renda fracionada, justamente através de PLs como o que cria a CBS de maneira mais rápida. E no Senado, podemos nos dividir com relação ao relatório lido. Não há paternidade nisso", reforçou Lira.

Lira afirmou ainda que a reforma administrativa deverá ser votada na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania nesta semana. Assim que a proposta tiver sua admissibilidade aprovada, o texto seguirá para uma comissão especial para análise de mérito. Lira já indicou o deputado Arthur Oliveira Maia (DEM-BA) para ser o relator da proposta na comissão especial. Ele reafirmou que o texto valerá para novos servidores. "O servidor que entrar será regido por normas diferente. No Brasil temos a figura do direito adquirido, que é difícil de enfrentar de forma tranquila. O ótimo é inimigo do bom, eu não me preocupo como o texto chega, mas como ele sai. Esse debate tem que ser amplo e transparente", destacou o presidente.

Site: <http://digital.em.com.br/>

# Dados do sus - DO ALTO DA TORRE

## Lucas Valença

A Comissão de **Seguridade Social** e Família da Câmara dos Deputados aprovou, recentemente, projeto do senador Reguffe (Podemos-DF/foto) que determina a publicação na internet de informações aos usuários do SUS. A matéria foi aprovada na forma de substitutivo apresentado pela relatora, deputada Adriana Ventura (Novo- SP).

## Procedimentos

Conforme o texto, órgãos gestores do SUS deverão publicar nos respectivos portais na internet as relações de todos os pacientes que serão submetidos a procedimentos de qualquer espécie, bem como, mediante senha, os resultados de exames. O projeto segue em tramitação na Casa.

## CPI do Femicídio

A CPI do Femicídio da Câmara Legislativa do DF (CLDF) aprovou ontem, por unanimidade, o seu relatório final, divulgado na última semana. O documento elenca mais de 80 recomendações ao poder público e será, a partir de agora, encaminhado para representantes dos três poderes.

## Observatório

Dentre estas, está a derrubada do veto integral ao projeto que cria o chamado "relatório temático orçamento mulheres", a criação de um observatório do feminicídio e um monitoramento integrado das medidas protetivas de urgência no Distrito Federal.

## Atividades

Durante 11 meses, a CPI realizou estudo de 90 processos judiciais, 11 reuniões, quatro audiências e oitivas, quatro reuniões da relatoria participativa e 17 diligências em serviços da rede de atendimento; além de audiências públicas e oitivas.

## Crise

Está tumultuada a relação entre técnicos da Secretaria Especial da Fazenda, no Ministério da Economia.

Informações de bastidores são de que muitos estão revoltados com a portaria que autoriza o acúmulo de remunerações em valor acima do limite de gastos para militares da reserva e servidores aposentados do alto

escalão do Governo.

## Teto

O limite, hoje, é de R\$ 39,2 mil, mas o Executivo argumentou que a medida levou em conta orientação da AGU e da PGR com base em julgamentos do STF do final de 2019 que abriria essas exceções. A avaliação de muitos é que o impacto será grande para os cofres públicos e representa uma contradição nas medidas defendidas pela equipe.

## Recurso

Recentemente, o secretário do setor, Waldery Rodrigues, deixou o cargo e foi substituído pelo então secretário do Tesouro, Bruno Funchal. A saída estaria por trás do episódio e ainda longe de ser administrado. Em reservado, servidores de carreira têm procurado magistrados para entender melhor as decisões e reverter a medida.

## Mais tecnologia

A subsecretária de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres da Secretaria da Mulher do DF, Irina Storni, participará quinta-feira (13) de debate virtual que discutirá a tecnologia como aliada no combate à violência contra a mulher. O evento será promovido pela Fundação Astrojildo Pereira (FAP).

## Precisão

Segundo Irina, a falta de "precisão de dados" da segurança pública sugere maior integração de mecanismos de denúncia e a tecnologia pode ser uma grande aliada no combate à criminalidade. "Se os números já eram enormes antes da pandemia, com o isolamento social se tornaram assustadores", alertou.

## Em Planaltina

O deputado distrital Cláudio Abrantes (PDT) comemorou a inauguração recentemente, em Planaltina, de 14 equipamentos públicos de uma vez na cidade. Foram quatro quadras poliesportivas, um campo de areia, um campo sintético, cinco parquinhos infantis, duas praças que passaram por reformas e ainda uma nova quadra coberta.

## Emendas

Todas essas obras foram realizadas por emendas

parlamentares do distrital. "É muita satisfação poder ver esses trabalhos concluídos.

Agradeço ao governador Ibaneis Rocha, que deixou claro seu compromisso com Planaltina e valoriza nossa luta por essas obras e em defesa da cidade", destacou.

#### Leitura

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da CLDF aprovou projeto que institui um programa de estímulo à leitura para os estudantes da rede de ensino pública e privada no Distrito Federal.

#### Incentivo

Segundo o autor da proposição, deputado Rodrigo Delmasso (Republicanos), o objetivo é "criar alternativas de acesso aos estudantes da rede de ensino a ações pedagógicas pelo incentivo à leitura e produção de conhecimento".

#### Interdisciplinar

O texto prevê que as Regionais de Ensino, por meio de seus núcleos pedagógicos, convoquem professores para formular o trabalho, que deve ser interdisciplinar, com as devidas ações pedagógicas e o levantamento da bibliografia necessária.

#### Recálculo

Sindicatos diversos do Distrito Federal têm esta semana reuniões com centrais sindicais e representantes do mesmo setor em outras Unidades da Federação para discutir a ação que tramita no STF sobre avaliação do cálculo atuarial do FGTS.

#### Adiamento

Estava programado para esta semana, pelo Tribunal, julgamento polêmico que determinaria se as contas do Fundo poderiam ser calculadas com base na TR ou no IPCA.

O julgamento, entretanto, foi retirado da pauta sem agendamento de outra data.

#### Importância

Dependendo do resultado, terá de ser feito um reajuste geral nas contas de FGTS de trabalhadores de todo o país, com o pagamento de valores atrasados. A ideia desse grupo é conversar com os ministros sobre a importância do tema e a necessidade de se levar para essas pessoas uma resposta rápida, contaram alguns sindicalistas.

#### No Gama

O deputado distrital Daniel Donizet (PL) está empenhado em resolver antigas demandas do Gama. Ele participou de reunião, ontem, com o governador Ibaneis Rocha, o secretário de Governo, José Humberto, e a administradora regional da cidade, Joseane Feitosa, para tratar de pendências que envolvem aquela Região Administrativa .

#### Garantia

"Existem algumas questões no Gama que se arrastam há anos sem solução, como é o caso do Posto de Saúde nº 8.

Estou destinando R\$ 1,5 milhão em recursos para a construção do novo posto e recebi a garantia, pelo governador, de que o edital de licitação será lançado em breve para que a Novacap possa começar a obra", afirmou.

#### Reformas

Conforme contou ainda o distrital, também fazem parte dessa lista as reformas da Rodoviária e do Anfiteatro da cidade. Assim como a construção da nova ciclovia, que vai desde a saída do Gama até o Catetinho e, de acordo com ele, também está próxima de sair do papel.

**Site: [https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp\\_site/issue-50de294b9d4987a3c89b4a5cc4bdea62.pdf](https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-50de294b9d4987a3c89b4a5cc4bdea62.pdf)**

# Padilha tenta por em pauta projeto que suspende patentes

**Leila Souza Lima**

Depois da posição dos Estados Unidos em favor da quebra temporária de patentes de vacinas anticovid, o ex-ministro da Saúde e deputado federal Alexandre Padilha (PT-SP) tenta fazer avançar projeto de sua autoria que prevê a suspensão automática de patentes de vacinas durante emergências de saúde pública. O projeto encontra-se parado na Câmara dos Deputados.

A suspensão coibiria a prática de preços abusivos e evitaria o desabastecimento do país caso de fabricantes nacionais ou estrangeiros optarem por priorizar outros mercados. Essas são duas das justificativas do Projeto de Lei 1.462 de Padilha, assinado por parlamentares de vários partidos. O projeto encontra-se parado desde o ano passado, depois de ter sido aprovado na Comissão Mista da Covid-19 no Congresso.

"Não estamos falando em quebra de patente", frisa Padilha. "O que o projeto propõe, na prática, é suspender automaticamente o monopólio de decidir para quem comercializar, quanto será produzido e como será distribuído, quando decretada uma emergência de saúde pública."

Segundo Padilha, a regra se aplica todos os produtos, medicamentos e tecnologias do interesse público. "No caso agora é a covid. Mas seria para uso sempre que houver uma emergência de saúde pública declarada, que é exatamente o que os Estados Unidos estão defendendo neste momento", ressalta.

O deputado lembra que a suspensão automática do monopólio evitaria situações como a que ocorreu com Canadá. Ano passado, o país comprou estoques de vacinas muito além do tamanho da população, impedindo que o excedente fosse destinado a outros lugares onde faltam vacinas.

Para especialistas, o caos vivido na Índia, que enfrenta onda devastadora da covid-19, não é realidade distante do Brasil enquanto a pandemia não for controlada pela vacinação em massa. Na semana passada, a Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro descobriu nova mutação da variante amazônica.

Padilha argumenta que a proposta atende a essa demanda de saúde pública e não fere o interesse privado. Para ele, estimula concorrência também saudável para a economia e que outras indústrias entrem na corrida por oferta de vacinas, inclusive com a possibilidade de se projetarem para mercados vizinhos.

A formulação de regras para licenciamento compulsório de patentes está prevista na legislação brasileira e no Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (Trips, na sigla em inglês). Até recentemente, países ricos bloqueavam a proposta da Índia e da África do Sul - copatrocinada por cerca de outros 50 países em desenvolvimento, excluindo o Brasil - para suspensão de regras do tratado relacionadas às patentes, desenhos industriais, Copyright e segredos industriais durante a pandemia.

Sob pressão da base democrata, o governo americano decidiu apoiar a suspensão temporária, mas vai negociar novo texto na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Padilha pondera que o licenciamento compulsório embute dois entraves que atrasam a resposta à pandemia. "Primeiramente, depende de o governo querer, e o governo Bolsonaro sinalizou desde o início da pandemia que não iria apoiar", observa.

Outro problema é que mesmo acatado, o rito do licenciamento compulsório pode demorar de três a quatro meses para impactar a produção do medicamento, pois é viabilizado via decreto que dá prazo de 60 a 90 dias para que a empresa que tem a patente apresente sua proposta. "Numa pandemia, não podemos perder um dia. No Brasil, isso tem um significado, que são perto de 3 mil mortes."

Segundo Padilha, o PL tem requerimento de urgência para entrar em votação no plenário da Câmara, e relatório será apresentado nesta semana à Comissão de **Seguridade Social** e Família pelo deputado Chico D Ângelo (PDT-RJ).

Na sexta-feira, porém, o governo de Jair Bolsonaro (sem partido) moderou sua posição. Nota conjunta do Itamaraty e dos ministérios da Economia, da Saúde e da Ciência, Tecnologia e Inovações saudou o anúncio

americano.

**Site:**

**[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186855?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186855?page=1&section=1)**

# Aposentadoria feminina encolhe na pandemia

**Edna Simão**

A participação das mulheres no total de aposentadorias concedidas por tempo de contribuição apresentou queda de 2019 para 2020, passando de 40,5% para 35,2% - patamar mais baixo desde 2015 (34,5%). No caso dos homens, o percentual saltou de 59,5% para 64,8% de 2019 para o ano passado. Os dados constam de artigo do economista Rogério Nagamine Costanzi publicado, no mês passado, no boletim de informações da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Nos últimos anos, essa participação das mulheres estava subindo gradualmente devido à maior presença feminina no mercado de trabalho decorrente da a melhora da escolaridade. Em 2020, segundo técnico do governo ouvido pelo Valor, esse movimento foi interrompido por causa do impacto da pandemia no mercado de trabalho. A perda de emprego formal foi maior entre as mulheres. Mas a expectativa é que a redução das concessões para mulheres seja temporária. "A tendência é de aumento da participação da mulher", explicou essa fonte.

"Apesar dessa predominância masculina na ATC [aposentadoria por tempo de contribuição], cabe destacar que está ocorrendo um incremento expressivo do sexo feminino na concessão dessa espécie de benefício que reflete os avanços das mulheres no mercado formal, que, por sua vez, devem ser decorrentes da melhora da escolaridade das mulheres acima daquela observada para os homens. A escolaridade é um fator fundamental para inserção no mercado formal de trabalho", informa Nagamine em artigo.

No início deste ano, a coordenadora-geral de Cadastros, Identificação Profissional e Estudos da Secretaria de Trabalho, Mariana Eugênio, explicou que o comportamento do emprego formal no ano passado foi desigual entre homens e mulheres. A perda de vagas pelas mulheres é explicada por questões estruturais do mercado de trabalho, além da questão da dupla e tripla jornada. O aumento desemprego impacta diretamente no patamar das contribuições para a **Previdência Social**.

Pelo artigo, em 1996, foi observada a maior participação dos homens (82,3% do total), ante 17,7%

para mulheres. Já em 2019, a participação dos homens havia caído para 59,5% e a das mulheres havia subido para 40,5%. De modo geral, a participação das mulheres nas concessões de ATC, que era de apenas duas para cada dez aposentadorias concedidas em meados da década de 90, se ampliou para algo entre um terço ou mesmo quatro em cada dez, como em 2019.

De acordo com o artigo, no ano passado, foram concedidas 293,9 mil aposentadorias por tempo de contribuição, quantidade inferior aos 385,8 mil benefícios. O patamar em 2020 é cerca de 24,6% inferior à média anual registrada nos anos de 2016 a 2019. O pico das concessões foi no ano de 2017, no auge das discussões da reforma proposta pela PEC 287/2016.

Essa redução verificada de 2019 para o ano passado, conforme o texto de Nagamine, pode ser justificado pela promulgação, em novembro de 2019, da reforma da previdência. A reforma fixou idade mínima de aposentadoria de 62 anos para mulheres e 65 para homens e mudou critérios de cálculo do valor do benefício para impedir aposentadorias precoces concedidas, especialmente, no benefício por tempo de contribuição. Com a reforma, a aposentadoria por tempo de contribuição será gradualmente extinta.

Além disso, tentativas anteriores de se fazer a reforma previdenciária, entre 2016 e 2019, provocou uma corrida por pedidos de aposentadoria de pessoas que já tinham o direito para requerer o benefício e que temiam ter que trabalhar mais para receber a aposentadoria.

O artigo mostra que, com a reforma da Previdência, está acontecendo um aumento gradual da idade média de aposentadoria por tempo de contribuição. Considerando a data de início do benefício (DIB) de 2018 a 2020, a idade média de aposentadoria passou de 55,24 anos, em 2018, para 55,34 anos e 55,85 anos, respectivamente, nos anos de 2019 e 2020. Somente de 2019 para o ano passado, a idade média cresceu 0,51 ano.

A idade média na DIB dos homens cresceu de 56,71 para 57,30 anos entre 2019 e 2020. Já no caso das mulheres, na mesma comparação, houve alta de 53,46 para 53,96 anos. Como o incremento da idade média

foi maior para os homens comparativamente às mulheres, que já tinham idade superior (pela exigência maior de tempo de contribuição e/ou de pontuação após a reforma), a diferença de idade média dos homens para mulheres cresceu de 3,25 para 3,34 anos entre 2019 e 2020.

"Esses dados deixam claro que a reforma aprovada no final de 2019 está cumprindo seu papel de ir elevando, de forma gradual, as idades de aposentadoria para o novo padrão de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres. Contudo, o processo ocorrerá de forma bastante gradual", afirma o artigo.

Um dos objetivos da reforma da Previdência é justamente aumentar a idade das aposentadorias dos brasileiros de forma a dar sustentabilidade a trajetória de gastos com aposentadorias e pensão no longo prazo. Essa é a principal despesa do governo federal. Em segundo lugar, aparecem os gastos com pessoal.

**Site:**

**[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186855?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186855?page=1&section=1)**

# Renda maior a quem se aposentar

**Rodrigo Péret**

A redução da expectativa de vida do brasileiro, causada pela pandemia da Covid-19, vai aumentar o valor pago a alguns segurados que se aposentarem pelo Instituto Nacional de Seguro Social (**INSS**) em 2022 e 2023.

Um estudo elaborado por pesquisadores das universidades de Harvard e Yale, nos Estados Unidos, em parceria com a Universidade de Minas Gerais (UFMG), apontou que, se em 2019 a expectativa de vida do brasileiro era de 76,6 anos, com a pandemia, a estimativa caiu para 74,7 anos em 2020.

O advogado previdenciário Christovam Ramos explica que, se confirmada, a queda na expectativa de vida vai aumentar o valor das aposentadorias concedidas com a redução determinada pelo fator previdenciário, índice usado para conter o valor do benefício.

"Quanto menor a expectativa de vida, maior o benefício ao aposentado. Eventualmente, pode acontecer sim de o benefício aumentar, mas não algo tão grande."

O advogado previdenciário Sirval Martins calcula que o valor deve ser de R\$ 50 a mais por mês. Ele salienta que o fator previdenciário só se aplica em alguns casos.

"Esse cálculo foi extinto com a nova Previdência, e só é aplicado em duas situações: quem já tinha o direito de aposentar antes da promulgação da nova lei, e quem está na regra de pedágio de 50%".

Desta forma, conforme explica o economista Eduardo Araújo, quem se aposentar pelas novas regras da Previdência não será beneficiado. "A tendência é de que esse fator entre em desuso, porque a aposentadoria por tempo de contribuição vai deixar de existir".

O economista Ricardo Paixão explica que a tendência é de que, após a pandemia, os patamares da expectativa de vida voltem ao normal. Mas quem for favorecido pelo possível aumento não será prejudicado por um novo cálculo.

"Quem se aposentar com esse cálculo-base mais benéfico, não seria prejudicado futuramente. Receberia sempre uma parcela um pouco maior por ter se aposentado quando a expectativa de vida na

ocasião era menor. "

Procurado pela reportagem, o **INSS** não se manifestou.

## Os valores de previdência privada são considerados incomunicáveis? (3)

A discussão ainda está longe de se tornar pacífica, mas a depender do regime de bens e a natureza ou finalidade para a qual foi constituída a previdência privada é possível que os valores sejam partilhados na hipótese de divórcio ou dissolução de união estável. A maior discussão sobre o assunto está relacionada ao regime de comunhão parcial de bens, em que são comunicáveis/partilháveis os bens que sobrevierem ao casal na constância do casamento.

Entretanto, a legislação prevê bens "incomunicáveis", vale dizer, mesmo adquiridos na constância do casamento os bens não seriam objeto de partilha no momento do divórcio ou dissolução de união estável. Por força do artigo 1.659, VI e VII, do Código Civil, que excluem da comunhão os proventos do trabalho pessoal de cada cônjuge e as pensões, meios-soldos, montepios e outras rendas semelhantes, a **previdência social (INSS)** não se comunica no momento da dissolução do vínculo. No mesmo sentido, as previdências privadas na modalidade de fundos fechados e que têm como escopo complementar a aposentadoria, também são excluídas da comunhão.

Em contrapartida, as previdências privadas abertas - oferecidas no mercado sob a forma de PGBL e VGBL, por se assimilarem mais a aplicações financeiras com fins lucrativos do que previdência privada propriamente dita, e, por tais rendimentos em alguns casos poderem ser resgatados, os doutrinadores e aplicadores do Direito têm ao longo dos anos alterado o entendimento sobre o assunto. Assim, é possível atualmente sustentar a comunicabilidade e partilha de previdência privada aberta, considerando as especificidades do plano discutido, o que permite evitar fraudes no momento da partilha, além de preservar o equilíbrio financeiro dentro da relação conjugal, em que ambos elegeram o regime de comunhão parcial de bens.

Contudo, o assunto exige cautela e para concluir que a previdência privada será objeto de partilha de bens, é necessária uma investigação caso a caso para distinguir o tipo de previdência a ser discutido. Em recente decisão, o Superior Tribunal de Justiça confirmou a decisão do Tribunal de origem assegurando ao ex-cônjuge direito à partilha de valores acumulados em previdência privada aberta, nas modalidades Vida Gerador de Benefício Livre -

VGBL e Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL

**Site:** <https://d.gazetadealagoas.com.br/educacao-digital/Page?editionId=4465>

# Você sabe qual é a ocupação campeã em afastamentos por covid no INSS?

## OPINIÃO

Se você leu a pergunta do título e respondeu de bate-pronto que profissionais da saúde lideraram os pedidos de afastamento por covid aprovados no ano passado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), seu tiro foi certo.

Ao longo de 2020, primeiro ano da pandemia da covid-19 no Brasil, técnicos de enfermagem - aquele pessoal que fica em contato para valer com os pacientes nos hospitais - figuraram no inglório primeiro lugar. Eles foram contemplados com 2 mil do total de 51 mil benefícios concedidos pelo órgão federal responsável pela Previdência.

Antes de prosseguir, uma breve digressão: os números parecem bem acanhados quando levamos em conta os 7,6 milhões de casos confirmados de infecção pelo coronavírus, de março a dezembro. Uma das pistas para resolver o mistério pode estar na Medida Provisória editada pelo governo federal que, na prática, impedia o reconhecimento da covid-19 como doença ocupacional, ou seja, problema de saúde ligado ao ambiente de trabalho.

A medida foi derrubada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e revista pelo próprio governo em dezembro passado, quando o Ministério da Economia passou a exigir a avaliação de peritos federais para cravar se as pessoas haviam se contaminado ou não no trabalho. Mas esse imbróglio todo pode ser uma das razões para o baixo número de benefícios aprovados.

A ideia aqui não é fazer um raio-x da atuação do **INSS** na pandemia. Também não vamos falar da ocupação campeã em afastamentos causados pelo coronavírus. Curiosamente, o objetivo aqui é discorrer sobre a nada intuitiva segunda colocada deste triste campeonato: a profissão de faxineiro. No ano passado, exatos 1.152 benefícios a profissionais dessa categoria contaminados por covid foram deferidos pelo **INSS**.

O recorte não é aleatório. Olhando os dados gerais de afastamento, ou seja, sem mirar apenas os casos motivados pela pandemia, sabe qual é a ocupação que mais gerou pedidos em 2020? Faxineiros. E no ano anterior? Faxineiros, de novo.

Na realidade, essa liderança já tem quase uma

década. De 2012 até o ano passado, trabalhadores do setor de limpeza - incluindo outras ocupações para além de faxineiros, como a dos garis - encabeçam o ranking de afastamentos aprovados pelo **INSS** com mais de 800 mil registros. Superam com folga os vendedores de comércio varejista, que aparecem logo em seguida, com 577 mil benefícios.

Essa estatística diz respeito a números absolutos, quer dizer, não leva em conta a proporcionalidade - e todos sabemos que tem muita gente mesmo no Brasil trabalhando no setor da limpeza. Em outras palavras, é de certa forma esperado que os dados sejam expressivos. Mesmo assim, eles não deixam de ser bastante impressionantes: 89 mil afastamentos por ano, 244 por dia.

A overdose de algarismos dos parágrafos anteriores deixa evidente aquilo que, na verdade, todo mundo já está mais do que careca de saber: profissionais da limpeza figuram entre as categorias mais expostas a riscos de saúde e segurança. A pandemia não alterou o quadro - pelo contrário, só confirmou e escancarou o problema.

Quer outra prova? No mês passado, um levantamento feito pelo jornal Estado de Minas mostrou que 62% das pessoas internadas por covid por pelo menos um dia na Grande Belo Horizonte ganhavam a vida como garis, faxineiros ou auxiliares de limpeza.

Quando citamos os dados sobre afastamentos de profissionais de limpeza aprovados pelo **INSS**, não estamos falando do enorme contingente de pessoas na informalidade, mas apenas daqueles com carteira assinada. E, desse grupo, parte expressiva está empregada nas chamadas terceirizadas - aquelas firmas especializadas que prestam serviços a hospitais, escolas e todo tipo de prédios comerciais.

O problema é que, quando se fala dos programas de gestão de risco nesses ambientes de trabalho, muito pouco se fala da atividade da terceirizada, afirma Márcia Kamei, procuradora do Ministério Público do Trabalho (MPT). Traduzindo: as empresas que investem em treinamentos de saúde e segurança para seus funcionários diretos não estendem a mesma atenção ao pessoal subcontratado da limpeza.

E ainda há outro agravante: como a remuneração é

baixa, na faixa do salário mínimo, as terceirizadas têm dificuldade para reter os empregados, mesmo com registro formal. A alta rotatividade, por sua vez, atrapalha a formação contínua e desestimula os trabalhadores a buscarem proteção. E, claro, impacta a organização política da categoria e impede que ela conquiste a prioridade que merece em termos de políticas públicas.

Realmente, essa é uma categoria invisibilizada. Acaba muitas vezes recebendo um nível de proteção menor, afirma Márcia Kamei. Esse debate aconteceu agora na vacinação contra a covid porque, em muitos estados, a interpretação foi de que eles não poderiam ser classificados como profissionais de saúde, então, não teriam direito à vacinação, mesmo trabalhando na linha de frente, complementa a procuradora.

Essa é uma das principais razões pelas quais se bate tanto na tecla de que a terceirização é um catalisador da precarização. Não se trata só do salário minguado que pinga no final do mês - a questão é ainda mais básica, de qualidade de vida.

Em tempo: para quem se interessou pela avalanche de dados usados neste artigo, eles foram pescados do Observatório de Saúde e Segurança no Trabalho. A plataforma, atualizada recentemente com informações de 2020, permite o cruzamento de uma série de estatísticas oficiais. A ferramenta é uma parceria do MPT com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), indispensável para pesquisadores - e curiosos. Fica a dica!

**Site:** <https://economia.uol.com.br/colunas/carlos-juliano-barros/2021/05/11/voce-sabe-qual-e-a-ocupacao-campea-em-afastamentos-por-covid-no-inss.htm>

# Pressão de base bolsonarista e servidor joga reforma administrativa para 2023

**Daniel Carvalho, Danielle Brant e William Castanho**  
**Brasília**

A pressão da base de Jair Bolsonaro ameaça empurrar a reforma administrativa só para 2023. Deputados aliados do presidente se alinham ao lobby dos servidores e querem evitar desgastes políticos a um ano das eleições.

Com isso, as mudanças nas carreiras do funcionalismo -uma das principais bandeiras do ministro Paulo Guedes (Economia) desde o início do governo, em 2019- corre, mais uma vez, o risco de subir no telhado.

Deputados que vieram da carreira pública, em especial da segurança pública -como policiais civis, militares e federais-, procuradores e defensores públicos temem dar andamento à reforma.

Soma-se ainda a esse cenário a resistência de congressistas da oposição.

Esse movimento será um dos principais entraves para o cumprimento do calendário de tramitação planejado pelo presidente da Câmara, Artnur Lira (PP-AL). O parlamentar, que também é líder do centrão, tem pressa e prevê a entrega da reforma ao Senado em julho.

O cronograma do aliado de Bolsonaro e Guedes, no entanto, enfrenta obstáculos. Congressistas ligados a servidores anteveem disputas e dizem que esse prazo só será alcançado se o presidente avançar como um trator.

Um dos compromissos firmados com base, oposição e governo, por exemplo, é a realização de audiências públicas até sexta (14) na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça).

"É importante que, a partir daí, aquele colegiado [CCJ] libere a votação, porque ela não fere a Constituição, e aí ela estará pronta para o plenário", disse Lira em entrevista na manhã desta segunda-feira (10) à Rádio Bandeirantes.

"Em um mês e meio depois deliberada da CCJ, a gente entrega a [reforma] administrativa para o Senado", afirmou.

A vontade de Lira, porém, esbarra até nas avaliações de bolsonaristas. Presidente da CCJ, a deputada Bia Kicis (PSL-DF) disse que este tipo de pauta é mais viável no início de um governo.

No primeiro ano de mandato, o time de Guedes tentou apresentar uma reforma, mas adiou a entrega. A PEC (proposta de emenda à Constituição) com as mudanças chegou ao Congresso apenas em setembro de 2020.

"A gente vai tocar porque é pauta do governo. A gente não pode desistir, mas estou fazendo uma avaliação política: acho que fica mais complicado", disse Bia Kicis à Folha. Para ela, é melhor deixar a tramitação para 2023.

Em 22 de fevereiro, Lira chegou a escrever em rede social que esperava que a reforma fosse aprovada pelos deputados em plenário até o fim do primeiro trimestre.

A proposta proíbe progressões automáticas de carreira, como as gratificações por tempo de serviço, e abre caminho para o fim da estabilidade em grande parte dos cargos, maior rigidez nas avaliações de desempenho e redução do número de carreiras.

Em fevereiro, ao listar suas prioridades no Congresso, Bolsonaro incluiu a chamada PEC 32/2020, que trata da reforma administrativa.

Agora, se a admissibilidade da PEC for votada na CCJ na sexta, dia da última audiência, será possível instalar a comissão especial na próxima semana, segundo deputados que acompanham a tramitação.

No entanto, como a votação só deve ocorrer na próxima semana, o mais provável é que o texto só comece a ter o mérito apreciado no fim de maio.

Após sair da comissão especial, a PEC é apreciada em plenário em dois turnos. O texto precisa obter o apoio de ao menos 308 deputados em cada votação. Só depois é que irá para o Senado, onde haverá dois turnos e serão necessários 49 votos para ser aprovada.

Apesar do otimismo de Lira, há poucas chances de a

PEC chegar ao Senado até julho. Expectativas de quem acompanha as discussões preveem debates na comissão especial até meados de agosto.

Esse processo já promete polêmicas. À Rádio Bandeirantes Lira disse, por exemplo, que era preciso tratar da revisão de penduricalhos e super salários, que, segundo ele, são questões recorrentemente cobradas na Câmara e deverão ser analisadas com a reforma administrativa.

Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, o deputado Professor Israel Batista (PV-DF) contestou Lira. Segundo ele, já há projetos sobre o tema e sobre avaliação de desempenho.

" [A PEC] Não trata de privilégios, não organiza o serviço público e não trata de qualidade. Além disso, amplia poderes de presidente, governadores, prefeitos, para um nível que só existia no Estado Novo e na ditadura militar", disse.

"Há uma obsessão por uma reforma constitucional de grande envergadura de maneira açodada", afirmou. "É um clima ruim, porque é uma reforma que precisa de debate acurado."

Batista lidera um grupo com 242 congressistas -235 deputados e 7 senadores. Segundo ele, há colegas que ainda não tiveram tempo de ler a PEC.

A ampliação do debate, defende, deve acontecer na comissão especial. Para isso, o deputado disse que a estratégia da frente é ocupar as vagas no colegiado.

Nos cálculos de Batista, a frente tem quantidade de votos suficiente para ser ouvida no debate e evitar uma discussão atropelada. A ideia é que as conversas durem pelo menos três meses no órgão que vai analisar o mérito da PEC.

Para viabilizar o debate na comissão especial, a ideia de deputados que defendem a reforma administrativa é focar a comunicação na melhoria dos serviços públicos em vez de atacar supostos privilégios de categorias.

Esses congressistas tentarão, assim, evitar episódios como o protagonizado por Guedes no início de 2020, quando o ministro chamou funcionários públicos de parasitas.

Ainda assim, quando sair da comissão especial, a reforma vai ter dificuldades no plenário da Câmara.

Além de deputados egressos ou ligados a carreiras públicas, há ainda críticas de setores ligados à segurança pública e apropriada oposição, que soma

cerca de 120 deputados.

A gente vai tocar porque é pauta do governo. A gente não pode desistir, mas estou fazendo uma avaliação política: acho que fica mais complicado

Bia Kicis (PSL-DF)

presidente da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara, sobre a reforma administrativa

Entenda a reforma administrativa

Proposta cria diferentes tipos de vínculo

Estabilidade ficará restrita a um deles: cargo típico de Estado

As carreiras com direito ainda serão definidas. Precisa de concurso e não podem ter redução de remuneração nem de jornada

É criada a possibilidade de cargo por tempo indeterminado sem estabilidade e dependente de concurso

Governo quer avaliar o servidor antes de assumir o cargo público efetivo

Proposta impede demissões por questões partidárias

Presidente pode reorganizar autarquias e fundações, reorganizar atribuições de cargos do Poder Executivo e extinguir órgãos

**Servidores públicos** em atividade no momento da aprovação das medidas não serão impactados

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49524>

# Bolsonaristas apagam vídeos no YouTube

Desde que a CPI da Covid foi anunciada, no início de abril, canais de apoiadores do bolsonarismo no YouTube têm promovido uma limpa de vídeos sobre tratamento precoce de sua base de vídeos. Levantamento da Novelo Data a pedido do **Congresso em Foco** identificou que, entre o dia 14 de abril e esta quinta-feira (6/5), 385 vídeos de 34 canais, tratando de tratamento precoce, sumiram do ar.

sete dias, e que por isso seu conteúdo irá migrar para outras plataformas.

Alguns dos canais mais relevantes de apoio ao presidente Jair Bolsonaro promoveram grandes operações para apagar conteúdo. O comentarista Alexandre Garcia, por exemplo, escondeu 109 vídeos neste período; a ex-apresentadora de TV Leda Nagle, que hoje comanda um canal com entrevistas, também retirou do ar 23 vídeos nas últimas semanas.

Garcia, que também é colunista na CNN, tinha neste domingo 1,89 milhão de inscritos e chegou a sumir com 502 vídeos em uma semana, ou 43% da sua base de vídeos; Leda Nagle tinha 1,06 milhão.

A maioria dos vídeos apagados tem ligação ao "tratamento precoce" contra covid-19, o coquetel de medicamentos composto por cloroquina, hidroxiclороquina e ivermectina defendido por Bolsonaro que é ineficaz contra o tratamento da doença. "Exija a HIDROXICLOROQUINA do seu médico" e "HIDROXICLOROQUINA está funcionando sim!" ambos sumiram do canal de Alexandre Garcia em 18 de abril.

O levantamento aponta inclusive um vídeo do jornal Gazeta do Povo, do Paraná - que deletou o vídeo "Amanda Klein tenta deixar prefeitos em saia justa mas leva resposta a altura" em 30 de abril. A lista consta com vídeos de outros temas: "CPI já tem conclusões antes de começar", do canal Notícias Política BR (com 571 mil inscritos) também foi retirado do ar. "Na Noruega, a vacina da Pfizer e mortes de idosos", do youtuber Gustavo Gayer, também saiu do ar.

Gayer, com 353 mil inscritos, anunciou neste sábado (8) que o seu canal será deletado, e acusou o YouTube de derrubar sua conta. "Aos poucos, essa plataforma que você me assiste agora vai começar a excluir, deletar e banir todos os os conservadores e aqueles que falam em nome da direita", disse, "e até o meio do ano que vem, não deverá haver nenhum aqui". O produtor de canal gaúcho, que se define como apoiador do presidente, disse que o YouTube - ligado à Google - lhe deu uma suspensão de advertência de

# A política turva a reforma - BRASÍLIA - DF

**DENISE ROTHENBURG**

A decisão do presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), de fatiar a relatoria da **reforma tributária**, e não apenas o texto, é vista como um termômetro de que a relação entre Lira e o atual relator, Aguinaldo Ribeiro (Progressistas-PB), azedou de vez e quem vai pagar a conta é a própria reforma. Aliados de Lira têm dito que esse sistema de vários relatores levará à aprovação apenas de um naco do texto, como a simples junção da PIS/Cofins, o que não pode ser definido como "**reforma tributária**", e sim uma enganação para lubridiar os desavisados.

No mesmo rumo seguirão as privatizações. Dificilmente o Congresso aprovará, porque a oposição é contra e ainda há um grupo ligado ao presidente Jair Bolsonaro que não deseja privatizar setores estratégicos, como petróleo e energia.

Mais uma semana de "goleada"

O depoimento do ex-secretário de Comunicação do governo Fabio Wajngarten é o mais esperado desta semana na CPI da Pandemia. É dali que um grupo da comissão de inquérito pretende confirmar a tese de que houve o oferecimento de vacinas e que o governo é que não quis comprar. Também será perguntado sobre a propaganda "O Brasil não pode parar", de março do ano passado, contra o distanciamento social.

Nem tanto

Se for por esse caminho, Wajngarten corre o risco de deixar a CPI acusado pelo governo de usar o cargo para fazer lobby, uma vez que essa ponte entre governo e Ministério da Saúde não era sua função. Tinha muita gente, na área da saúde, que poderia ter sido procurada pelos laboratórios, ainda mais um grande como a Pfizer.

Nem tão cedo

Os governistas começam a ficar incomodados com a perspectiva de demora da convocação de governadores para prestar esclarecimentos à CPI. Porém, enquanto não houver uma conclusão sobre as responsabilidades do governo federal, os governadores dificilmente serão chamados.

O "jeitinho" vai dar problema

Os recursos decorrentes das emendas de relator-geral

- que receberam o apelido de "orçamento secreto" - foram a forma que o Poder Executivo e seus aliados no Congresso encontraram, ainda em 2018, para beneficiar os mais próximos ao governo, além das emendas individuais. Agora, com a reportagem publicada no último fim de semana, no jornal O Estado de S.Paulo, com suspeita de superfaturamento de tratores, tem tudo para virar uma nova CPI.

Só tem um porém

No passado, da mesma forma que, em 1992, usou-se o caso do então presidente Fernando Collor como justificativa para não abrir uma CPI do Orçamento, agora vai-se usar a CPI da Covid e a crise sanitária para não se fazer qualquer investigação.

Radiografia/ A gestão do Ministério da Economia vem sendo objeto de uma pesquisa entre formadores de opinião. Tem muita gente interessada em saber qual a avaliação do trabalho de Paulo Guedes.

Por falar em Paulo Guedes.../ Hoje, ele tem audiência virtual na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara para falar a respeito da reforma administrativa. Com a tributária ainda incerta, é na administrativa que o governo está apostando as fichas.

Fica esperto/ O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (foto), e o mau exemplo na roda de samba, empata o jogo com o governador do estado, Cláudio Castro, que, recentemente, deu uma festa. Paes já pediu desculpas, disse que errou, mas o estrago está feito. Agora, seus assessores estão atentos para evitar que algo desse tipo se repita. Afinal, errar uma vez é humano. Errar mais tem outro nome.

Turismo em debate/ Em sua primeira sessão, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado, presidida pelo senador Fernando Collor (Pros-AL), colocou luz sobre os desafios para a retomada do setor no pós-pandemia. A conclusão foi a de que, sem vacinação, a crise se agrava. Até 28 de junho, a comissão se reunirá todas as segundas-feiras para discutir e propor soluções que ajudem a elevar a atividade turística no país. A TV Senado transmite as reuniões, a partir das 18h.

# Passeio motorizado e ataque ao procurador - BAPTISTA CHAGAS DE ALMEIDA

## **BAPTISTA CHAGAS DE ALMEIDA**

O ronco das motocicletas atrapalhou o Dia das Mães em Brasília. E quem fez a desfeita foi nada menos que o presidente da República Federativa do Brasil, Jair Messias Bolsonaro. Ele primeiro perguntou: "Pessoal, quer me acompanharem um passeio?". E o próprio presidente respondeu: "Todo mundo tem o direito de ire vir". A Polícia Militar fez questão de não calcular quantas pessoas acompanharam Bolsonaro.

Deve ser treino, já que o presidente convocou, para sábado, a conhecida bancada ruralista, que dispensa apresentações. O fato é que Bolsonaro pretende pressionar e criar, cada vez mais, o máximo possível de problemas por causa da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da COVID-19.

A gota d'água foi a convocação do ministro da Saúde, Marcelo Queiroga. Daí o contra-ataque. Afinal, as redes sociais não perdoam. É grave a crise no Palácio do Planalto. A agenda de ontem fala mais que mil palavras. Wagner de Campos Rosário, ministro da Controladoria-Geral da União, Pedro César Sousa, subchefe para Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral da Presidência da República e ainda André Mendonça, o ministro da Advocacia-Geral da União estão na mira da CPI.

A semana promete muito mais. Ela começa, hoje, com o depoimento do diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância (Anvisa), o contra-almirante Antonio Barra Torres. E segue na quarta-feira com o ex-secretário de Comunicação da Presidência da República, Fábio Wajngarten e, na quinta, será a vez dos representantes da Pfizer.

Só que o mais interessante ficou para 19 de maio. É quando o ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello vai depor. A defesa do general alegou que ele teve contato com duas pessoas contaminadas. A COVID-19 foi a desculpa para ficar de quarentena.

O senador Humberto Costa (PT-PE), que é integrante da CPI, diante disso, optou, então, por tratar do procurador-geral da República, Augusto Aras. E ele deu o aviso: "Aras pode ser afastado do cargo pelo Senado Federal". Tanto que ele fez questão de destacar que "a possibilidade do impeachment é real".

Melhor próprio parlamentar petista deixar claro: "Constitucionalmente, ele tem uma responsabilidade que deve ser cumprida. Se não for cumprida, poderá ser objeto de algum tipo de processo interno no Ministério Público Federal (MPF) e no Supremo Tribunal Federal (STF) para avaliar essa responsabilidade".

Sendo assim, só resta encerrar por hoje. Afinal, desta vez, nem a cloroquina chegou a ser notícia. Basta repetir o som das motocicletas. Ihh! Melhor não, né?

Vôlei na praia

É mesmo grave a crise no Palácio do Planalto. "Eu continuo a ser general da reserva, a minha rede do posto 6 está pronta, me aguardando. Então, a vida continua". O registro é do vice-presidente da República, general Hamilton Mourão (PRTB). Em 2019, ao ser questionado ele disse que preferia jogar vôlei na praia. O fato é que Mourão, admitiu, ontem, em site paulista, que não deve ser escolhido pelo presidente Jair Bolsonaro para compor a chapa do mandatário nas eleições do ano que vem.

Alto risco

"É muito claro que há uma limitação determinada pelo governo da China dadas as circunstâncias das constantes manifestações inapropriadas inadequadas e absolutamente inoportunas do governo brasileiro através das suas autoridades". O registro é do diretor do Instituto Butantan, Dimas Covas (foto). Ele deixou claro, ontem, que a lentidão e a incerteza na liberação do insumo da vacina CoronaVac podem afetar o cronograma de vacinação no país. E destacou que "isso pode acontecer já a partir do mês que vem". Isso mesmo, em junho, para que fique bem claro.

Ele vai voltar?

Senadores da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da COVID-19 no Senado querem convocar de novo o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga. No meio do caminho a cloroquina, já que o ministro optou por preservar o seu chefe Jair Bolsonaro, o presidente da República. Melhor deixar o relator Renan Calheiros (MDB-AL) explicar tucanando que "a CPI não é uma briga de governo e oposição. Nem de grupos ideológicos. Ela quer é mostrar a verdade e pretende

mostrar o que fizeram para salvar, ou não salvar, vidas".

Toque mineiro

O professor da Universidade Federal de Minas Gerais Raoni Guerra Lucas Rajão resalta que o Tribunal de Contas da União (TCU), desde 2014, fez auditorias levantando irregularidades. Para começar, por exemplo, da amostragem que foi analisada, tivemos que 11% não atenderam aos requisitos e 38% têm indícios de não se enquadrar na regularização fundiária... Quais as conclusões principais do TCU? Resposta rápida: facilitação da grilagem de terras públicas por meio de ação estatal. Isso é preocupa muito.

E tem mais...

Minas Gerais na parada. "Vamos avançar por maior equilíbrio fiscal e pela retomada do crescimento econômico". Melhor dar o fato de uma vez: o presidente do Senado,

Rodrigo Pacheco (DEM-MG), se reuniu, ontem, com o ministro da Economia, Paulo Guedes. "Vamos avançar na busca pelo equilíbrio fiscal e pela retomada do crescimento econômico". Bem moderninho, os registros foram publicados em sua conta no Twitter. Já que é assim, teve também o tweet do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira. "Precisamos avançar com a reforma tributária sem paternidade".

PINGA FOGO

Para registro, sobre a nota Toque mineiro, o professor Raoni da UFMG: o Tribunal de Contas da União (TCU), desde 2014, fez uma série de auditorias sobre o tema e conseguiu levantar diversas irregularidades que ainda não foram examinadas.

Em tempo, o senador Renan Calheiros ressaltou ainda que as pesquisas indicam que 70% da população esta apoiando os trabalhos da comissão, que segundo ele, já está gerando impactos positivos, com a aceleração de trabalhos do governo federal em busca de vacinas.

Para deixar claro sobre o ministro Queiroga: o ingrediente ativo (IFA) é essencial na formulação do fármaco porque nele está a substância capaz de produzir o efeito desejado. Nas vacinas, o IFA faz que o organismo comece a preparar suas defesas contra o micro-organismo invasor.

Agora é fato: o ex-ministro Alysson Paolinelli, que teve seu trabalho na agricultura brasileira reconhecido mundialmente como gerador de alimentos para o planeta, receberá, hoje, uma homenagem da

Assembleia Legislativa a pedido do deputado Antonio Carlos Arantes

O pedido foi feito ao presidente da ALMG Agostinho Patrus (PV) que o atendeu de pronto. O evento será no salão nobre às 10h30, e, por isso, terá apoio oficial da Assembleia para a sua indicação para o Prêmio Nobel da Paz.

Site: <http://digital.em.com.br/>

# Comissão já admite fatiar reforma tributária após intervenção de Lira

*Washington Luiz, Danielle Brante Fábio Pupo Brasília*

A decisão do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), de intervir nas discussões da reforma tributária levou integrantes da comissão mista voltada ao tema, afetados pelas mudanças, a já admitir o fatiamento das mudanças.

Lira comunicou na terça-feira (4) o fim da comissão especial que analisava a PEC (proposta de emenda à Constituição) do deputado Baleia Rossi (MDB-SP). O texto propõe uma fusão ampla de impostos (com tributos federais, o estadual ICMS e o municipal ISS).

Essa proposta, com a PEC 110, do Senado, e o projeto sobre a fusão do PIS e Cofins, enviado pelo governo, formavam a base do relatório do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), lido no mesmo dia.

Além de anunciar o fim do colegiado da Câmara, Lira passou a argumentar que a comissão mista era um arranjo feito em 2020 para dar celeridade ao texto.

Nesta segunda (10), em entrevista à Rádio Bandeirantes, voltou a minimizar a importância do colegiado. "Regimentalmente, ela não tem validade. Ela não tem efetividade no que analisa, porque não existe na previsão regimental nem da Câmara, nem do Senado, nem do Congresso."

Diante do discurso do deputado e de sua defesa de uma reforma fatiada e dividida entre Câmara e Senado, integrantes da comissão mista passaram a reconhecer que as mudanças podem ser fracionadas.

Na manhã desta quarta (12), o colegiado deve se reunir para definir os rumos do relatório apresentado por Aguinaldo, que recebeu emendas de congressistas nos últimos dias.

"Vamos cumprir nosso papel na comissão mista. O relatório final será lido. Em seguida, a gente vai discutir o procedimento: se começa na Câmara, no Senado, se vai ser fatiada", disse o presidente da comissão, senador Roberto Rocha (PSDB-MA).

Na avaliação de senadores que integram o colegiado, mesmo sem ser a forma ideal, a reforma fatiada, como quer o governo, será a única maneira de votar o tema neste ano.

Para Simone Tebet (MDB-MS), o governo não aceitaria uma proposta de fusão ampla de impostos cobrados hoje por União, estados e municípios sem a contrapartida de criar um novo tributo nos moldes da antiga CPMF.

"Torço, claro, para que a reforma tributária seja a mais abrangente possível, mas sou pragmática. Uma reforma ampla exigiria a criação de um fundo constitucional para repor as perdas dos estados e municípios, e o governo não vai aceitar isso sem a criação de um novo imposto", afirmou.

"Nenhum parlamentar vai aprovar uma nova CPMF a um ano da eleição. Vamos acabar tendo que entender o momento e fazer essa reforma fatiada, ampliando-a o máximo que pudermos", disse.

Os integrantes da comissão também disseram acreditar que Câmara e Senado deverão fechar um acordo para dividir a reforma entre as duas Casas.

"Claro que o presidente da Câmara tem o poder de colocar a matéria em tramitação, mas eu acredito que isso vai resultar na necessidade de um diálogo entre o presidente [do Senado] Rodrigo Pacheco [DEM-MG] e o presidente Lira. Eles sabem a importância que isso representa para o país. Isso será resolvido", disse o senador Wellington Fagundes (PL-MT).

Pacheco defende a conclusão dos trabalhos da comissão mista, mas já admitiu a possibilidade de a reforma ser fatiada.

"Se será uma parte na Câmara, uma parte no Senado, se isso será fatiado [...], essa é uma negociação política que será feita entre Câmara dos Deputados e Senado", afirmou Pacheco na quinta-feira (6).

Nesta segunda, Pacheco e Guedes se reuniram. O ministro vinha desde a semana passada buscando uma aproximação como presidente do Senado com objetivo de fazer andar tanto a reforma tributária como a administrativa.

A equipe econômica aguardava o acerto no Congresso sobre como proceder. As declarações recentes do comando do Congresso apontam agora para uma reforma fatiada em várias frentes.

Mais cedo, Lira negou novamente qualquer disputa com o Senado para decidir por onde o texto começa a tramitar.

"Nós temos um compromisso de votar e botar para votação uma **reforma tributária** possível", defendeu. "Nós não podemos ficar enganchados em CPFs, pai da reforma de um lado, tio da reforma do outro. Nós não temos absolutamente esse compromisso."

O presidente da Câmara afirmou ainda que vai se reunir com Pacheco nesta semana para definir o assunto.

Ele vê a reforma em duas partes principais: consumo e renda. Está em suas previsões a fusão de PIS e Cofins na CBS, mudanças no Imposto de Renda, no IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), e o passaporte tributário.

Essas mudanças poderiam ser feitas em grande parte por projetos de lei, fatiados e divididos entre Câmara e Senado.

Lira destacou que a reforma fracionada por meio de projetos de lei, como o texto enviado pelo governo com a fusão de PIS e Cofins, tornaria a tramitação mais rápida na Câmara e no Senado.

"Mais uma vez eu digo, não há vaidade alguma [por] onde ela começa. PEC precisa de dois textos iguais nas duas Casas para ter sua aprovação ou sua promulgação feita. Não há paternidade disso."

Segundo ele, pode haver três ou quatro relatores diferentes da **reforma tributária**.

As declarações sobre os próximos passos da reforma casam com os planos de Guedes. O ministro vê a **reforma tributária** em cinco capítulos:

1) fusão de PIS e Cofins na nova CBS; 2) substituição do IPI por imposto seletivo aplicado a itens como cigarros e bebidas; 3) mudanças no Imposto de Renda (com menos taxaçaõ sobre empresas e, em contrapartida, cobrança sobre dividendos e sobre instrumentos financeiros como LCI e LCA); 4) "passaporte tributário " para abrir renegociação de dívidas de contribuintes; e 5) criação do imposto digital

O Ministério da Economia tem reiterado que não é contrário a uma proposta que inclua estados e municípios, mas que prefere que as mudanças sejam feitas inicialmente pelos **impostos** federais, para evitar a inviabilidade das discussões e a exigência de contrapartidas bilionárias da União para os entes subnacionais.

## **REFORMA TRIBUTÁRIA** EM 5 CAPÍTULOS

1. Fusão de PIS e Cofins na nova CBS, abrindo caminho para estados e municípios aderirem no futuro
2. Extinguir IPI e substituí-lo por imposto seletivo sobre bens como cigarros, bebidas e automóveis a combustíveis fósseis
3. Mudanças no IR. Diminuir taxaçaõ sobre empresa e, em contrapartida, criar cobrança sobre dividendos e sobre instrumentos financeiros como LCI e LCA
4. "Passaporte tributário" para abrir renegociação de dívidas de contribuintes e diminuir judicialização
5. Criação do imposto digital

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49524>

## Entendendo as opções (2)

**BERNARD APPY, DIRETOR DO CENTRO DE CIDADANIA FISCAL**

Na última terça-feira, o deputado Aguinaldo Ribeiro apresentou seu parecer sobre a proposta de **reforma tributária** em uma comissão mista de deputados e senadores. Os parlamentares apresentaram sugestões de alterações no texto ao longo da semana passada e, em princípio, uma versão ajustada do relatório deverá ser apresentada amanhã (12/5) e votada na Comissão Mista.

A partir daí não sabemos o que vai acontecer. A Comissão Mista não existe regimentalmente. Foi uma construção política criada para buscar uma convergência entre as propostas de emenda constitucional de **reforma tributária** que estão em análise na Câmara dos Deputados (PEC 45/2019) e no Senado Federal (PEC 110/2019). O entendimento inicial é que o texto aprovado na Comissão Mista deveria seguir sua tramitação seja pela Câmara, seja pelo Senado, sendo utilizado como uma referência para os pareceres da PEC 45 (cujo relator é o próprio deputado Aguinaldo Ribeiro) ou da PEC 110 (cujo relator é o senador Roberto Rocha, que também é presidente da Comissão Mista).

O mais provável é que o texto siga pelo Senado, pois o presidente da Câmara não apenas extinguiu a comissão especial que estava analisando a PEC 45 (com base em argumentos regimentais), como vem sinalizando que vai apoiar uma "reforma fatiada" apenas dos **tributos** federais, que não exige emenda constitucional.

O governo também parece preferir uma "reforma fatiada", ao invés de uma ampla reforma da tributação do consumo, incluindo, além dos **tributos** federais, o ICMS (estadual) e o ISS (municipal), como propõe o relator da Comissão Mista. A primeira "fatia" da reforma do governo seria a substituição do PIS e da Cofins (**tributos** federais sobre o consumo) por uma Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), nos termos de projeto de lei enviado pelo governo em meados do ano passado. Segundo a imprensa, as demais etapas (sobre as quais não se conhecem detalhes) seriam a substituição do IPI por um Imposto Seletivo, mudanças no Imposto de Renda, a facilitação do pagamento de dívidas tributárias e, por fim, a criação de um tributo sobre movimentação financeira vinculado a uma desoneração da folha de salários.

As razões pelas quais o governo se opõe a uma

reforma ampla dos **tributos** sobre bens e serviços parecem ser duas. A primeira seria a dificuldade de aprovação da matéria, dados seus impactos setoriais e federativos.

A segunda seria a resistência a aportar recursos para financiar um Fundo de Desenvolvimento Regional, que é uma exigência dos Estados mais pobres para apoiar a **reforma tributária**.

Tal postura do governo parece desconsiderar o trabalho do relator na Comissão Mista, que construiu um texto que busca minimizar as resistências à aprovação de uma reforma ampla. Por um lado, o parecer abriu a possibilidade de tratamento diferenciado para alguns setores, como serviços de educação e saúde, atividades agropecuárias e agroindustriais, transporte público coletivo e rodoviário de cargas, operações com bens imóveis e entidades beneficentes.

Por outro lado, manteve-se um prazo bastante longo - de 50 anos - para a transição na distribuição da receita entre os entes federativos. Por fim, o relator atendeu a várias demandas do próprio governo federal, entre as quais uma transição mais rápida para o PIS e a Cofins e a ausência de previsão do Fundo de Desenvolvimento Regional (deixando a negociação sobre esse tema para depois).

Embora o parecer do relator não elimine todas as resistências à aprovação de uma **reforma tributária** ampla, certamente mitiga muito essas resistências. Trata-se de um texto que, tendo apoio do governo federal, provavelmente teria uma chance razoável de ser aprovado. Neste cenário, é difícil entender racionalmente a defesa de uma "reforma fatiada", que também enfrentará dificuldades políticas e cujo impacto sobre o crescimento do Brasil nos próximos anos tende a ser muito menor que o que resultaria da aprovação do projeto apresentado pelo relator.

BERNARD APPY, DIRETOR DO CENTRO DE CIDADANIA FISCAL

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Governo descarta no momento ampliar postergação de pagamento de tributos

**Fabio Granei**

O governo já abriu a caixa de ferramentas de medidas tributárias, como o adiamento (diferimento) dos pagamentos de FGTS e do Simples Nacional. Mas a medida mais ampla de postergação de **tributos**, que faz parte do cardápio de ações anti-crise do governo, ainda não foi acionada pelo governo e aguarda uma avaliação sobre sua real necessidade de acionamento neste ano, apurou o Valor. Por ora, prevalece a leitura de que a medida mais geral não se faz necessária, depois das ações já tomadas para as empresas de menor porte.

O secretário da Receita, José Tostes, nos últimos dias tem aconselhado dentro do governo que não se fale no assunto, para evitar que empresas se antecipem e deixem de cumprir suas obrigações. O desempenho da arrecadação federal neste início de ano foi melhor que o esperado pelo governo e o fisco não quer que notícias sobre a possibilidade de diferimentos atrapalhe esse processo. No acumulado do primeiro trimestre, as receitas cresceram 5,6% acima da **inflação**, ante igual período de 2020.

O diferimento amplo feito no ano passado para o combate à crise ajudou bem as empresas, porém fez um bom estrago nas contas federais: de um total de R\$ 85,2 bilhões adiados em 2020, R\$ 20,8 bilhões não retornaram aos cofres, embora metade tenha sido paga com compensações de créditos de **impostos** que as empresas detinham junto à Receita.

Renegociações de dívidas de empresas também fazem parte das alternativas para o combate à crise. O governo, porém, está preocupado com projetos como a reabertura do Refis proposta pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, que está em andamento naquela casa. Há uma percepção no governo de que o risco de essa ideia ir adiante daqui a poucos meses é relevante, sobretudo se não houver avanços na **reforma tributária**.

O Ministério da Economia é normalmente contra esse tipo de Refis que perdoa indistintamente as dívidas, sem levar em conta capacidade de pagamento, recorrência em inadimplência tributária e outras benesses que acabariam desestimulando os bons pagadores.

A aposta do time de Guedes é nas rodadas de transações tributárias, mecanismo relativamente novo de renegociação que leva em conta a capacidade de pagamento das empresas e tem flexibilidade para fazer distinções entre setores, por exemplo. Mas, dado o peso político de Pacheco, pelo menos sentar para conversar com o Congresso a Economia será forçada.

A proposta do chefe do Senado, que permite o desconto de multas e juros e parcelamento de todas dívidas tributárias contraídas até 31 de agosto, tem o respaldo de entidades empresariais como Federação do Comércio de São Paulo (Fecomercio-SP), Confederação Nacional dos Transportes (CNT), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que apontam as dificuldades de caixa gerada pela pandemia.

Além de já ter adotado algumas medidas na área tributárias (Simples e FGTS), o governo acabou de renovar o Benefício Emergencial (BEm), programa de redução de jornada e salários, e outras medidas que flexibilizam as regras trabalhistas para aliviar as empresas.

Além dessas medidas, o governo sempre tem possibilidade de alterar **tributos** de maneira setorial, embora a atual equipe econômica não seja simpática à ideia e prefira tomar medidas mais gerais.

Outra iniciativa anti-crise no cardápio, e que estaria próxima de sair, é o Pronampe, linha de crédito com garantia para empresas de menor porte. Nesse caso, porém, a equipe econômica ainda negocia com o Congresso, que quer tornar o programa permanente. Nessa hipótese, ficaria mais complicada a ideia inicial de se fazer por crédito extraordinário (fora do teto de gastos, portanto) e outras despesas teriam que ser cortadas.

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186855?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186855?page=1&section=1)

# Mandetta quer ser o "radical de centro" - ANDREA JUBÉ

**Andréa Jubé**

Um político experiente que opera no circuito Brasília-São Paulo vê a corrida presidencial de 2022 como uma prova de resistência, e não de velocidade. Nesse quesito, o ex-ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta, presidenciável do DEM, estaria com fôlego de atleta.

Depois de suportar as nove horas de depoimento aos senadores da CPI da Pandemia na semana passada, Mandetta submeteu-se ontem ao escrutínio de um público igualmente severo e influente nas eleições. O ex-ministro foi ouvido durante quase três horas pelos membros da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), que reúne parte importante do empresariado paulista.

A coluna procurou representantes da entidade que assistiram à conferência do pré-candidato, que não foi aberta à imprensa ou ao público em geral. Ouviu que Mandetta surpreendeu positivamente ao não restringir sua fala ao cenário pessimista sobre a pandemia, e revelar-se apto ao debate de outros temas candentes, como a defesa da democracia, **reforma tributária**, educação, segurança pública e combate à desigualdade.

Segundo relatos, Mandetta colocou-se como pré-candidato, mas, também, como cabo eleitoral influente. Pesquisa divulgada ontem pelo Instituto Atlas mostrou Mandetta empatado com o presidente Jair Bolsonaro no segundo turno, e numericamente à frente de Ciro Gomes (PDT).

"Estou aqui para ajudar", ofereceu-se na conversa com os empresários. Adiantou que, se for para contribuir, retira o nome da disputa. "A não candidatura também é um ato político de união para esse país".

Idealizador do manifesto pela consciência democrática, que reuniu os seis pré-candidatos à Presidência, Mandetta fez um novo alerta ao tensionamento das instituições, disse que é preciso garantir a realização das eleições no ano que vem com lisura, e que não se tem dado atenção devida ao questionamento que vem sendo feito à integridade das urnas eletrônicas.

Segundo uma fonte que assistiu à palestra, sem citar

Bolsonaro, Mandetta disse que a exigência do voto impresso tem sido feita "quase como uma ameaça" de não se aceitar o resultado, e completou que este pode mesmo não ser o que os governistas esperam.

Sobre a **reforma tributária**, Mandetta disse que se não houver uma liderança com capacidade de negociação e diálogo para evitar a ampliação da carga tributária, e em contraponto, assegurar leveza e simplicidade aos negócios, nada acontecerá.

Ele advertiu aos empresários que a tributação dos serviços é um alvo, e seria uma saída "perversa", diante da desindustrialização do país, e já que o agronegócio tem uma blindagem política eficiente.

O ex-ministro também alertou que está muito próxima a solução árida de novo ciclo de aumento de taxa de juros, cenário adverso para os empresários que lidam com crédito. Recomendou a aprovação do projeto de valorização do bom pagador.

A coluna apurou que diretores da entidade reclamaram de não serem ouvidos na discussão da reforma, e da iniciativa do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), de fatiar a proposta.

Convidado para o evento, o cientista político Antonio Lavareda exortou Mandetta a participar de um debate público com os demais presidenciáveis do centro político para explicitar não a concordância entre eles, que é a defesa da democracia, mas para explicitar as diferenças, o que ajudaria a afunilar a disputa.

Mandetta mostrou-se disposto ao embate público, mas aproveitou para rechaçar a crença generalizada de que o centro é "amorfo", sem luz própria. "Eu quero ser um radical de centro, um radical de bom senso, radical de coisas bem feitas, um radical de Brasilzão", declarou, segundo relato de dois espectadores.

Mandetta acrescentou que tem "pressa", mas ponderou que o tempo da política difere para cada um. Na presença do secretário especial do governo de São Paulo em Brasília, Antonio Imbassahy, aguerrido aliado de João Doria, lembrou que há no PSDB quem queira adiar as prévias do partido para março.

Completou que a persistir a fragmentação do centro, o eleitor votará no pleito de 2022 em quem odiar menos,

e observou que não se pode construir um país baseado no ódio.

No fim de abril, o Valor publicou uma pesquisa exclusiva, encomendada ao Instituto Travessia, sobre as chances de sucesso de uma candidatura de centro. Na pesquisa estimulada, 35% aderem a nomes desse espectro. Nesse conjunto, Mandetta arrebatou 2% dos votos.

Na qualitativa, Mandetta se sobressaiu ao empatar com Luciano Huck: ambos são considerados os mais simpáticos. Ao lado de Doria, desponta como o mais trabalhador, e é o mais qualificado no debate da saúde.

Nas qualitativas do DEM, é lembrado como homem de família (é casado há 32 anos), de valores conservadores, com interlocução com o agronegócio, e com profissionais da saúde. É considerado "mais brasileiro" do que o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), porque o gaúcho "não expressa o sentimento de alguém do Centro-Oeste", disse à coluna um integrante da Executiva do DEM.

Mas o DEM que fique atento, porque Mandetta está no radar de outros partidos. Um cacique do MDB disse à coluna que o ex-ministro é um "belo quadro, com enredo que, se bem construído, pode ter um diálogo bacana com a classe média".

Quando ainda havia a hipótese do ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia (RJ), de saída do DEM, filiar-se ao MDB, lideranças emedebistas cogitaram o convite para que Mandetta acompanhasse o aliado. O ex-ministro ouviu críticas de que não pode se apresentar como adversário de Bolsonaro em uma legenda que tem dois quadros no governo: os ministros Onyx Lorenzoni e Tereza Cristina.

No fim da palestra, Mandetta propôs uma chapa: disse ao presidente da ACSP, Alfredo Cotait Neto, presidente do PSD paulista, que a senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) seria uma "vice tão boa, embaixadora internacional do Brasil". Cotait é ex-senador e suplente de Gabrilli. Em tom gaiato, sugeriu a Imbassahy que consultasse o alto tucanato sobre a chapa.

Andréa Jubéé repórter de Política em Brasília. Escreve às terças-feiras E-mail [anclrea.jube@valor.com.br](mailto:anclrea.jube@valor.com.br)

**Site:**

**[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186855?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186855?page=1&section=1)**

# Lira sugere 'reforma tributária possível', com chance de aprovação

## **Leia também**

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), defendeu, segunda-feira (10), a aprovação de uma "**reforma tributária** possível", fracionada entre Câmara e Senado e dividida em duas, sendo um texto para alterar incidência de **impostos** sobre renda e outra sobre consumo. "Quanto mais pesada, pior de ser feita", declarou Lira, em entrevista ao programa Sem Censura, da TV Brasil.

De acordo com o parlamentar, o atual Congresso Nacional é reformador e quer destravar a pauta econômica ainda em 2021, considerando a dificuldade em dar andamento a projetos polêmicos em ano eleitoral.

Lira ainda voltou a defender a extinção da comissão mista da **reforma tributária**, medida anunciada na semana passada alegando esgotamento de prazos regimentais. "**Reforma tributária** é uma pauta que não pode ter percalços", afirmou.

O presidente da Câmara também manteve seu discurso de que a alteração no sistema de tributação brasileiro não deve ter paternidade, e sinalizou que outro relator poderá ser indicado para tocar a pauta na Casa. Responsável pelo relatório na comissão extinta, o deputado Aguinaldo Ribeiro (Progressistas-PB), apesar de correligionário de Lira, é aliado político do deputado Baleia Rossi (MDB-SP), rival do atual presidente da Câmara nas eleições de fevereiro deste ano.

Já a reforma administrativa, após apreciação em comissões e plenário, deve ser entregue ao Senado dentro de um mês e meio, disse Lira, durante a entrevista. O presidente da Câmara também se comprometeu em discutir privatizações, sem especificar de quais empresas se tratava.

## Urnas eletrônicas

Embora tenha reiterado sua confiança nas urnas eletrônicas, Arthur Lira defendeu a possibilidade de se "tirar dúvidas" sobre o sistema eleitoral brasileiro. Segundo ele, se a adoção do voto impresso tiver de ser discutida, será debatida rapidamente no Congresso Nacional.

"Se eu acredito na urna eletrônica, não tem por que não tirar dúvidas. Não podemos chegar a uma eleição com uma parcela da população colocando sub judice o resultado da eleição", declarou Lira ao programa da TV Brasil.

O presidente da Câmara ainda renovou críticas à instalação da CPI da Covid no Senado Federal. O colegiado, na visão de Lira, estaria acontecendo em um "momento inoportuno".

"Não é momento de procurar culpados. Quem cometeu seus erros, pagará por eles", disse, argumentando que o Congresso Nacional deveria estar mais preocupado com o fornecimento de vacinas contra o novo coronavírus e com a pauta econômica. "Eu não estou defendendo o Palácio do Planalto. Eu nunca disse que era contra a CPI. Mas estão transformando a CPI em palanque político, e a população está de olho nisso".

Lira disse ainda ser prejudicial discutir alianças para eleições de 2022 em meio à pandemia e à crise econômica. O deputado afirmou também que não participa dessas conversas neste momento, nem mesmo em Alagoas, seu Estado.

Copyright © Estadão. Todos os direitos reservados.

**Site:** <http://noticias.r7.com/brasil/lira-sugere-reforma-tributaria-possivel-com-chance-de-aprovacao-11052021>

# Mourão critica portaria que permite supersalário

**DANIEL GULLINO E FERNANDA TRISOTTO**  
*economia@oglobo.com i>r BRASÍLIA*

O vice-presidente Hamilton Mourão disse ontem que "não é ético" receber acima do teto constitucional devido ao acúmulo do salário e da aposentadoria, como foi autorizado recentemente por uma portaria do Ministério da Economia. A estimativa da pasta é que a medida trará impacto de R\$ 66 milhões ao ano, que pode variar em função da quantidade de servidores.

Segundo o Ministério da Economia, em maio, as novas regras devem atingir cerca de mil servidores -450 deles são aposentados que seguem no serviço público. Mais de 70% dos vínculos estão relacionados a médicos e professores. Os pagamentos começarão a ser feitos na folha de maio, a ser paga no mês de junho.

Em entrevista ao UOL, Mourão disse que a medida pode ser legal, mas não é correta "no momento" atual do país.

- Eu continuo com a mesma posição: é legal, mas eu não considero ético no momento que isso aconteça - disse Mourão, fazendo referência a uma declaração sua do ano passado, quando se disse contra a possibilidade de militares com cargo no governo receberem acima do teto.

A portaria, editada no dia 30 de abril, define que, caso um servidor tenha dois vínculos com o poder público, o cálculo do teto constitucional (atualmente em R\$ 39,2 mil) deve ser feito separadamente sobre cada uma das remunerações. Antes, o cálculo era feito sobre a soma das duas, e o excedente era cortado, no chamado "abate-teto".

Na prática, a medida permite que um funcionário público receba, somando os salários, um valor maior que o limite imposto pela Constituição.

## BOLSONARO SE BENEFICIARIA

Mourão, por exemplo, que é general da reserva, tem um corte por meio do abate-teto de R\$ 24 mil, valor que ele poderá acumular a partir de agora. O vice-presidente ressaltou que o número se refere ao valor bruto, que ainda sofrerá deduções. E disse que avalia doar o excedente, mas não informou para onde nem

deu certeza sobre a decisão.

O presidente Jair Bolsonaro também se beneficiaria. Ele é capitão reformado e tem um abate-teto de R\$ 2,3 mil. Generais da reserva, os ministros Luiz Eduardo Ramos (Casa Civil), Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional) e Walter Braga Netto (Defesa) também teriam remuneração extra de ao menos R\$ 20 mil, cada.

A portaria do Ministério da Economia seguiu recomendação da Advocacia-Geral da União (AGU), que avaliou que a acumulação dos rendimentos estava de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal de Contas da União (TCU).

Em dezembro, o então ad-vogado-geral da União José Levi citou o STF e TCU para corroborar a orientação de liberar esse acúmulo, que não poderia ser retroativo. Em 2017, o STF analisou dois casos ocorridos no Mato Grosso e fixou tese, com repercussão geral, liberando os pagamentos. Um deles analisava a situação de um médico que mantinha dois cargos públicos em secretarias distintas. O outro se referia a um tenente-coronel da reserva da Polícia Militar que trabalhava como odontólogo na secretaria de Saúde.

As decisões levaram em conta, além do limite do teto, questões como isonomia entre servidores e valorização do trabalho. O TCU publicou um acórdão em maio de 2019 reiterando esse entendimento do STF.

## MBLE NOVO CONTRA

Integrantes do Movimento Brasil Livre (MBL), o deputado federal Kim Kataguirí (DEM-SP) e o vereador de São Paulo Rubinho Nunes (Patriota) entraram com uma ação civil pública contra a União e o o ministro da Economia, Paulo Guedes, para suspender a portaria. O argumento é que "o teto constitucional não pode ser ultrapassado" e que há leitura equivocada sobre o assunto.

Kataguirí ainda protocolou um projeto de decreto legislativo na Câmara dos Deputados para sustar a portaria que permitiu o acúmulo dos pagamentos. A bancada do Novo na Câmara também entrou com

proposta para suspender a medida.

-É imoral e ilegal que num período de crise o Presidente da República esteja mais preocupado em dobrar o próprio salário do que em cortar gastos para reverter ou em redução de **tributos** ou em auxílio emergencial -declarou o deputado ao GLOBO.

"Eu continuo com a mesma posição: é legal, mas eu não considero ético no momento que isso aconteça"

Hamilton Mourão,

vice-presidente da República

"É imoral e ilegal" Kim Kataguiri, deputado (DEM-SP)

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Comércio e serviços buscam sobrevivência

**Marli Olmos**

Com restrições ainda vigentes para a abertura de seus negócios devido à pandemia da covid-19, muitas empresas do comércio e de serviços enfrentam problemas para pagar dívidas e funcionários. Para evitar uma quebra em massa num cenário em que limitações de funcionamento deverão continuar a vigorar por mais tempo, especialistas e representantes desses segmentos apontam a necessidade de medidas mais efetivas que facilitem a tomada de crédito e ofereçam alívio temporário para o pagamento de **impostos**.

São setores que empregam muito e foram fortemente afetados pela crise-o comércio, por exemplo, tinha 15,9 milhões de trabalhadores nos três meses encerrados em fevereiro, segundo números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua. No primeiro trimestre de 2020, antes do impacto da pandemia, o total mostrava 1,5 milhão de vagas a mais -17,4 milhões.

Duramente atingidos pela crise, os segmentos de alojamento e alimentação (como hotéis e restaurantes), do setor de serviços, empregavam 5,4 milhões no Brasil nos primeiros três meses do ano passado, número que encolheu para 4,1 milhões no trimestre encerrado em fevereiro deste ano, de acordo com a Pnad Contínua.

As demandas das empresas para obter recursos para garantir capital de giro foram "parcialmente atendidas", segundo Glauco Humai, presidente da Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce). "O problema é que os volumes são insuficientes. Enfrentamos uma enorme burocracia e os juros normalmente seguem as taxas de mercado", destaca o dirigente. Segundo ele, desde o início da pandemia, o setor acumula perdas em torno de R\$ 90 bilhões.

Faltou ao Brasil, segundo o economista e tributarista Eduardo Fleury, do FCR Law, a oferta de mais linhas de financiamento garantidas pelo governo. Isso evitaria a rejeição nos bancos. Para ele, o fôlego que essas empresas necessitam vai muito além do período de crise sanitária. "É preciso garantir capital de giro para as que sobreviverão", destaca. Em locais em que não há redução do número de casos e mortes pela covid-19, o fechamento ou a restrição do horário de funcionamento ou o fechamento do comércio e dos serviços continuam necessários.

A redução temporária de **impostos** também precisa ser analisada com mais ênfase pelo poder público, segundo Daniel Szelbrackowski, especialista em direito tributário da Advocacia Dias de Souza. "Se alguém tem que se endividar numa situação grave como a que vivemos é o Estado, assim como outros países fizeram."

O governo tem acenado com medidas. É o caso do adiamento do pagamento dos **tributos** do Simples Nacional por três meses. Na semana passada, a Câmara dos Deputados aprovou projeto que toma permanente o Programa de Crédito para Micro e Pequenas Empresas (Pronampe).

Falta o Senado aprovar o texto.

"São boas medidas, mas em razão da persistência da calamidade tudo isso acaba sendo insuficiente. As empresas, que geram os empregos do país, precisam de um pacote de medidas que contemple questões tributárias, trabalhistas, e que não se limite a dois ou três meses, mas que se estenda num horizonte além de quando toda a população estiver vacinada", diz Szelbrackowski.

A persistência da pandemia joga contra os planos que muitos fizeram para recuperar o fôlego e honrar compromissos. "No ano passado contraímos dívidas com **impostos**, contas de energia e salários, entre outros, achando que poderíamos pagá-las em 2021", afirma Percival Maricato, presidente do conselho estadual da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes em São Paulo (Abrasel-SP), que representa 250 mil estabelecimentos. "Se as coisas pioraram, é preciso ter uma renovação das linhas de crédito." Segundo números da Abrasel, até março de 2020, havia 1 milhão de negócios do setor no Brasil, empregando diretamente 6 milhões de pessoas. Desses, 300 mil fecharam as portas em definitivo e mais de 1,2 milhão de trabalhadores foram demitidos no último ano. Nos primeiros quatro meses de 2021, mais 100 mil empregos foram perdidos e mais 35 mil empresas fecharam as portas.

Maricato elogia o relançamento do programa que permite a suspensão do contrato de trabalho. Mas teme pelo acúmulo de outras obrigações, "Nada disso vai adiantar porque lá na frente teremos que pagar as contas", diz o dirigente, que reclama, também, da metodologia utilizada pelos governos para definir os horários de funcionamento dos estabelecimentos.

Embora importante, a ajuda por meio de **impostos** precisa ser analisada com cautela, segundo Fleury. "No caso de estabelecimentos comerciais e serviços, a tributação costuma ser feita com base no faturamento", afirma. O que, segundo ele, torna a ajuda insuficiente em alguns casos. E se o contrato do trabalhador está suspenso, diz o advogado tributarista, a despesa com FGTS também é automaticamente suspensa. "O Brasil não é como os EUA, que ofereceram grande volume de recursos às empresas, mas precisa ser mais generoso. Esses casos precisam de uma estrutura de financiamento melhor; é preciso dar um alívio nas dívidas que esses setores carregam."

Enquanto o socorro financeiro não chega, os comerciantes se viram como podem. O Dia das Mães é emblemático. Humai, da associação dos shopping centers, afirma que neste ano 91% dos 601 shoppings do país ofereceram serviços de "delivery", e 77%, o "drive thru", por meio do qual o cliente pega as compras na porta do estabelecimento comercial.

Já Maricato, da associação dos bares e restaurantes, está mais preocupado com a questão dos horários reduzidos. Ele diz que não pode "tocar nenhum cliente para fora do restaurante no meio da refeição."

**Site:**

**[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186855?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186855?page=1&section=1)**

# Ambientalistas classificam parecer de 'o pior projeto'

**Daniela Chiaretti**

O parecer do deputado Neri Geller que deve ir a plenário da Câmara estes dias é considerado por ambientalistas como "o pior projeto" desde que iniciaram os debates em torno à Lei Geral de Licenciamento Ambiental em 2004. Por abrir muitos flancos questionáveis e com potencial de causar grandes danos ambientais, criará insegurança jurídica, grande judicialização e paralisação de obras, apontam.

"Tivemos vários relatores e muito substitutivos. Nenhum chegou perto deste, de acabar com o licenciamento ambiental no Brasil", diz o advogado Maurício Guetta, do Instituto Socioambiental (ISA). "Todos os temas em disputa foram definidos pelo relator contra o meio ambiente. Nenhum ponto desejado por ambientalistas foi acatado." Segue: "É proposta radical. Radicaliza a destruição ambiental promovida pelo governo".

O primeiro ponto do texto de 64 páginas que se tomou público ontem é a lista de dispensas de licenciamento para atividades como sistemas e estações de tratamento de água e esgoto, com dispensa, inclusive, à outorga do uso de recursos hídricos para o lançamento do efluente tratado. "Não se exige licença. Não há garantia de que esse efluente será tratado, de forma correta", diz Guetta.

Outro ponto é o controverso mecanismo de Licenciamento por Adesão ou Compromisso (LAC), que vem sendo interpretado como um processo de autolicensing do empreendedor. "Será empregado na maioria dos licenciamentos no país. É a modalidade-regra, com licenciamento concedido de forma automática, sem análise pelo órgão ambiental. A única ressalva serão obras de significativo impacto", diz Guetta.

No capítulo de condicionantes ambientais, que são medidas preventivas, compensatórias e mitigatórias dos projetos-"o coração do licenciamento", nas palavras de Guetta -, há uma série de limites. Impactos indiretos de empreendimentos sobre populações indígenas e tradicionais foram eliminados. Nas unidades de conservação, só haverá avaliação de impacto ambiental no caso de sobreposição da UC com a área diretamente afetada (um canteiro de obras, por exemplo). Impactos indiretos das obras

(desmatamento, roubo de madeira, garimpo ilegal, por exemplo) não são considerados.

"Este texto, se aprovado, será péssimo para a imagem do país, diz Suely Araújo, ex-presidente do Ibama e analista sênior do Observatório do Clima. "Pode-se melhorar a legislação, simplificar. Mas implodir o licenciamento é péssimo para o país, diz ela.

"A lista de isenções é a pior que vi em 17 anos", segue. Ela prevê que Estados iniciem uma guerra ambiental para atrair investimentos com a menor regra possível. "É visão equivocada. De ver o licenciamento como barreira, diz ela.

"O projeto abre as portas para que rodovias sejam asfaltadas na Amazônia sem qualquer tipo de controle ambiental, porque permite que asfaltamento de rodovias, em qualquer contexto e em qualquer lugar do país, seja feito por LAC, ou seja, pelo autolicensing", aponta Raul Silva Telles do Valle, diretor de justiça socioambiental do WWF Brasil.

"A BR-319, por exemplo, aprovada esta lei poderia, em vez de passar pelo processo de licenciamento que avalia desmatamento, indução de ocupação de território, e todos os problemas causados por este tipo de empreendimento, ser asfaltada com uma licença automática. O desmatamento iria explodir", continua, referindo-se à controversa pavimentação da estrada que liga Manaus a Porto Velho. A estrada existe, mas é pouco transitável justamente pela falta de pavimentação. "E isso em um contexto em que querem aprovar projeto que facilita a grilagem ou que abre terra indígena para uma série de atividades", segue Telles do Valle.

O artigo 54 é outro ponto controverso e entendido pelos ambientalistas como um "jabuti", jargão parlamentar que define normas alheias ao texto principal colocado em um projeto de lei. No caso, define a responsabilidade de instituições financeiras que financiam projetos.

O artigo diz que as instituições de fomento, públicas ou privadas "que participem indiretamente da cadeia produtiva, desde que exijam o documento referente à licença ambiental, não possuem responsabilidade por eventuais danos ambientais decorrentes da execução do empreendimento." Segue dizendo que instituições

supervisionadas pelo Banco Central "não possuem dever fiscalizatório da regularidade ambiental de seus clientes" e que exigida a licença ambiental, as instituições financeiras não serão responsabilizadas por danos ambientais eventuais dos projetos que financiaram.

"Trata-se de uma mudança drástica do que ocorre hoje", diz Guetta, do ISA "O texto de agora exclui os bancos da responsabilização, que fica com o órgão licenciador". Seria um flagrante retrocesso em um momento em que o mercado financeiro adotou o conceito ESG (sigla em inglês para ambiente, social e governança) como regra, apontam os ambientalistas. Ou, segundo desconfiam, ESG seria mais uma estratégia de marketing verde.

"O setor está acompanhado com atenção a tramitação do projeto de lei do licenciamento ambiental para além do que já foi feito. A proposta em discussão não isenta os bancos de qualquer responsabilidade, muito pelo contrário, prevê que todos os bancos exijam a apresentação da licença ambiental para concessão de crédito e responsabiliza aqueles que não a exigirem", diz nota da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), que preferiu não dar entrevista.

"As instituições financeiras ainda adotam os deveres de gestão do risco ambiental **impostos** por regulamento do Conselho Monetário Nacional, que estão sendo ampliados nas propostas colocadas em consultas públicas recentemente divulgadas pelo Banco Central do Brasil, no contexto de sua agenda de sustentabilidade", segue a nota.

Procurada pela reportagem, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) não respondeu até o fechamento desta edição.

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186855?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186855?page=1&section=1)

# Fim do Reiq pode fechar até 85 mil empregos, diz Abiquim

**Química Stella Fontes De São Paulo**

Um novo estudo encomendado pela Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim) mostra que o fim do Regime Especial da Indústria Química (Reiq), que reduziu as alíquotas de PIS e Cofins incidentes sobre matérias-primas petroquímicas de primeira e segunda geração, deve ter impactos econômicos ainda mais negativos do que o inicialmente estimado. Conforme o levantamento, produzido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), a revogação do benefício, prevista na Medida Provisória (MP) 1.034/21, torna inviável a operação de diferentes parques industriais no país e pode levar ao fechamento de até 85 mil postos de trabalho, com perda anual de arrecadação da ordem de R\$ 3,2 bilhões e de R\$ 5,5 bilhões no Produto Interno Bruto (**PIB**).

As estimativas levam em conta a amplitude da cadeia de valor, considerando-se os elos que estão antes e depois da indústria química propriamente, bem como o efeito renda da eliminação do benefício de 3,65% sobre matérias-primas essenciais como nafta petroquímica, etano, butadieno, entre outros. Fornecedora de todas as outras indústrias de manufatura, com destaque para alimentos, a química é a 5- maior em **PIB** no mundo. No Brasil, foi beneficiada com o Reiq a partir de 2013, numa tentativa de garantir sua competitividade.

"Há um desconhecimento muito grande sobre o papel da indústria química, que está presente de diversas formas no dia-a-dia das pessoas. Não é à toa que nos países desenvolvidos essa é uma atividade considerada estratégica", diz o diretor de relações institucionais da Abiquim, André Passos Cordeiro.

Embora a indústria tenha se mobilizado para demonstrar ao governo que os ganhos com a arrecadação de PIS e Cofins a partir do fim do Reiq serão menores do que as perdas, a MP acabou editada como parte dos esforços para compensar a desoneração do diesel e do gás de cozinha. Agora, está em tramitação no Congresso. Os resultados do novo estudo já foram levados ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e devem ser apresentados nos próximos dias também ao presidente da Câmara, Arthur Lira.

Conforme o governo, a arrecadação adicional com a

revogação do benefício está estimada em R\$ 1,4 bilhão ao ano. Mas o estudo da FGV mostra que, em qualquer cenário, haverá na verdade perda líquida de arrecadação. Em um cenário favorável, de preços das commodities internacionais em expansão, a queda na arrecadação decorrente da redução da produção será de R\$ 1,5 bilhão, já superando o valor calculado pelo governo. No cenário base, considerado o mais provável, o impacto pode chegara R\$ 3,2 bilhões.

O fim do Reiq, conforme o estudo, também terá impacto nas contas estaduais, já que haverá reflexos indiretos em outros **tributos**, incluindo o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Embora seja o mais afetado, com queda estimada em R\$ 156,5 milhões na arrecadação de ICMS, São Paulo conta com uma economia maior e mais diversificada dos que os demais Estados atingidos. Bahia, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Alagoas aparecem na sequência entre os mais prejudicados.

Em comentário recente sobre os resultados da balança comercial da indústria, o presidente-executivo da Abiquim, Ciro Marino, disse que o momento é crítico e a extinção do Reiq está na contramão do que o Brasil precisa para sobreviver. A agenda de competitividade precisa ganhar velocidade, ressalta Marino, sob pena de comprometimento da retomada da atividade econômica e da atração de investimentos que serão decisivos para diminuir a dependência externa do Brasil em muitos produtos estratégicos para os quais há condições técnicas de fabricação nacional.

No primeiro trimestre, o déficit comercial de químicos chegou à marca recorde de US\$ 8,7 bilhões, com expansão de 27,9% na comparação anual. Em 12 meses até março, pela primeira vez em toda a série histórica, medida desde 1989, o saldo negativo atingiu US\$ 32,3 bilhões.

Conforme a Abiquim, as importações de produtos químicos somaram US\$ 11,6 bilhões no trimestre, com alta de 21,1% em relação ao mesmo período de 2020. Em volume, as mais de 13,7 milhões de toneladas importadas superaram em 27,5% as quantidades registradas nos três primeiros meses do ano passado, com destaque para os incrementos de 35,1% em intermediários para fertilizantes, de 32,3% em resinas termoplásticas e de 16,2% em produtos químicos

orgânicos. É fato que os intermediários para fertilizantes correspondem ao grosso das compras externas, assim como é fato que a Brasil, uma potência do agronegócio, teria condições de produzir internamente esses insumos - se os custos fossem competitivos.

As exportações de químicos, por sua vez, cresceram apenas 4,5% no primeiro trimestre, para US\$ 2,9 bilhões. O volume exportado, de 3,9 milhões de toneladas, subiu modestos 3,9%.

Estudo da FGV mostra que haverá perda líquida de arrecadação quando considerados todos os efeitos, incluindo renda

**Site:**

**[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186855?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186855?page=1&section=1)**

# Novamente taxas de juros das operações sobem em abril

De acordo com a Pesquisa de juros da ANEFAC, as taxas de juros das operações de crédito voltaram a ser elevadas em março. Somando assim, mais um período de elevações seguido. De acordo com Miguel José Ribeiro de Oliveira, diretor executivo de estudos e pesquisas da ANEFAC, as elevações podem ser atribuídas ao aumento dos juros futuros, a expectativa de novas elevações da taxa básica de juros frente a uma **inflação** maior e devido a provável elevação dos índices de inadimplência e ainda o anúncio das elevações dos **impostos** das instituições financeiras da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) em 2021.

Oliveira entende que "essa provável inadimplência pode ocorrer por causa do fim das carências nos empréstimos (pausas e carência nas negociações de dívidas), desemprego elevado, fim do pagamento dos auxílios emergenciais, elevação da **inflação** e seus efeitos na renda e maior seletividade dos bancos na concessão de crédito".

Para os próximos meses, Oliveira, acredita que, tendo em vista a piora do cenário econômico com maior risco de crédito e da elevação da inadimplência, bem como com as prováveis novas elevações da taxa básica de juros (Selic) frente a uma **inflação** maior, a tendência é de que as taxas de juros das operações de crédito continuem sendo elevadas.

Pessoa Física Todas as linhas de crédito tiveram suas taxas de juros elevadas no mês.

A taxa de juros média geral para pessoa física apresentou uma elevação de 0,06 ponto percentual no mês (1,33 ponto percentual no ano) correspondente a uma elevação de 1,05% no mês (1,39% em doze meses) passando a mesma de 5,74% ao mês (95,38% ao ano) em março/2021 para 5,80% ao mês (96,71% ao ano) em abril/2021 sendo esta a maior taxa de juros desde dezembro/2019.

A taxa de juros média anual é de 96,71%, sendo a maior desde dezembro de 2019.

A taxa de juros média anual é de 43,74%, sendo a maior desde abril de 2020 pessoa física Pessoa jurídica

Pessoa Física Todas as linhas de crédito pesquisadas tiveram suas taxas de juros elevadas no mês.

A taxa de juros média geral para pessoa jurídica apresentou uma elevação de 0,05 ponto percentual no mês (0,83 ponto percentual no ano) correspondente a uma elevação de 1,66% no mês (1,93% em doze meses) passando a mesma de 3,02% ao mês (42,91% ao ano) em março/2021 para 3,07% ao mês (43,74% ao ano) em abril/2021, sendo esta a maior taxa de juros desde abril/2020.

Juros x Selic Considerando todas as elevações e reduções da taxa básica de juros (Selic) promovidas pelo BANCO CENTRAL desde março/2013, tivemos neste período (março/2013 a abril/2021) uma redução da Selic de 4,50 pontos percentuais (redução de 62,07%) de 7,25% ao ano em março/2013 para 2,75% ao ano em abril/2021.

Neste período a taxa de juros média para pessoa física apresentou uma elevação de 8,74 pontos percentuais (elevação de 9,94%) de 87,97% ao ano em março/2013 para 96,71% ao ano em abril/2021.

Nas operações de crédito para pessoa jurídica houve uma elevação de 0,16 ponto percentual (elevação de 0,37%) de 43,58% ao ano em março/2013 para 43,74% ao ano em abril/2021.

Sobre a ANEFAC Criada há mais de 50 anos, a Associação Nacional de Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC), entidade de classe sem fins lucrativos, é a principal referência do Brasil para o desenvolvimento das melhores práticas de transparência nas demonstrações financeiras tanto nas empresas privadas como nas públicas.

renda extra

Metade das famílias venderam itens para conseguir renda Região Norte cresce 30,06% nas vendas online em março Lei de assinaturas eletrônicas poderia quebrar empresas A pandemia da Covid-19 mudou a dinâmica das famílias brasileiras, inclusive em sua forma de conseguir renda. A Acordo Certo, empresa de renegociação de dívidas, realizou uma pesquisa com mais de 1.100 respondentes e identificou que quase metade (49%) dos entrevistados tiveram algum familiar vendendo itens pessoais para conseguir uma renda extra, desses, 91% por causa da pandemia. Diante do cenário econômico, 77% gostariam de ter

uma atividade extra para conseguir mais dinheiro, porém, não sabem o que fazer.

A região Norte registrou alta de 30,06%, na comparação entre março e fevereiro, nas vendas pela internet. O faturamento do setor, considerando a mesma base de comparação, teve crescimento de 25,62%.

Os dados são do índice MCC-ENET, levantamento desenvolvido pela Neotrust | Movimento Compre Confie em parceria com o Comitê de Métricas da Câmara Brasileira da Economia Digital (camara-e.net).

Apesar do bom desempenho, ao observar os dados de vendas por região, março ante fevereiro, ficou em último lugar.

A Câmara dos Deputados decidiu manter os vetos presidenciais de alguns trechos da Lei de assinaturas eletrônicas (Lei 14.063/2020).

Para o deputado Hildo Rocha (MDB/MA), sem os vetos, as empresas arcarão com aumento de custos para cumprirem com suas obrigações fiscais. A Lei 14.063/2020, aprovada em setembro do ano passado, prevê a universalização do acesso aos serviços públicos eletrônicos para toda a população. Para isso, ela estabelece a assinatura eletrônica como forma de garantir a interação entre as partes, como explica o diretor executivo do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio (ITS Rio), Fabro Steibel.

Antes dos vetos, a norma exigia assinaturas eletrônicas qualificadas em uma série de interações entre pessoas físicas e jurídicas com os entes públicos, o que poderia limitar a desburocratização dos serviços e encarecer o custo dos negócios, visto que esse tipo de assinatura é paga e não garante total segurança contra fraudes. Com a decisão da Câmara, os vetos não precisam ser votados no Senado, já que para derrubar um veto é necessário que ele seja rejeitado em ambas as Casas do Congresso Nacional.

Renda extra E-commerce Vetos A Lei prevê a universalização do acesso aos serviços públicos eletrônicos

# Empresas familiares enfrentam desafios tributários complexos

As empresas familiares ajudam a impulsionar a economia global e são responsáveis pela maior parte do Produto Interno Bruto (PIB) e dos empregos gerados. No entanto, para as famílias que desejam repassar seus negócios para a próxima geração, há uma infinidade de desafios, principalmente tributários, cada vez mais complexos. Essas são algumas conclusões da pesquisa "Monitor tributário global de empresas familiares 2020" (Global family business tax monitor 2020, em inglês), conduzida pela KPMG.

"Este conteúdo fornece uma perspectiva detalhada sobre o ambiente tributário para empresas familiares de todo o mundo e apresenta exemplos dos impactos tributários em cada país. Também traz algumas orientações quanto a como se preparar melhor na transição das operações para a próxima geração. Ele também destaca como a pandemia vai aumentar a pressão sobre essas empresas nos próximos anos", afirma o sócio-líder da área de Private Enterprise da KPMG no Brasil e na América do Sul, Jubran Coelho.

De acordo com a pesquisa, no Brasil há poucos casos de isenções e imunidades e usualmente só se aplicam a patrimônios de valor muito baixo. As transferências vitalícias e em caso de morte são tributadas sob lei estadual, em vez de lei federal.

O imposto sucessório ou imposto sobre doações são cobrados no momento da transferência em vida ou na morte. Como se trata de um imposto estadual, as alíquotas são diferentes de estado a estado, podendo chegar a uma alíquota máxima de 8% (no estado de São Paulo, por exemplo, a alíquota máxima atual é de 4% e, no Rio de Janeiro, pode chegar a 8%).

A alíquota máxima de 8% é definida por meio de uma resolução do Senado e há um projeto para ampliar a possibilidade da alíquota máxima para além dos 8%, em teoria, caso essa mudança venha a ser aprovada, isso permitiria aos Estados ampliarem suas alíquotas para além do atual teto de 8%.

Dos 54 países e territórios pesquisados, 14 têm um imposto sobre herança específico aplicável (os Estados Unidos aplicam um imposto sobre o patrimônio para heranças de empresas familiares), enquanto 16 têm um imposto sobre doações aplicável a transferências vitalícias das empresas.

Dos 10 países com os maiores PIBs na pesquisa, seis (Brasil, Canadá, França, Alemanha, Estados Unidos, Reino Unido) têm **impostos** que se aplicam a heranças e transferências vitalícias, enquanto quatro (China, Índia, Itália e Rússia) não têm nenhum imposto sobre doações ou herança na transmissão de uma empresa familiar. Outros casos, como o imposto sobre ganhos de capital, e o imposto de renda da pessoa física, também são aplicáveis em algumas jurisdições.

Os Estados Unidos têm uma das alíquotas de **impostos** mais altas do mundo para a transferência de uma empresa familiar por doação ou herança, antes das isenções. No entanto, as famílias americanas se beneficiam potencialmente de uma isenção de US\$ 10 milhões, indexada pela **inflação**, atualmente programada para expirar após 2025.

França, Irlanda, Holanda, Espanha e Reino Unido têm as alíquotas de **impostos** mais altas dentre os países pesquisados na Europa para a transferência de uma empresa familiar antes das isenções.

No entanto, os **impostos** são reduzidos substancialmente pelas isenções.

Na região da Ásia-Pacífico, a Coreia do Sul se destaca por ter uma das maiores cargas tributárias do mundo para a transferência de uma empresa familiar. A China atualmente não impõe nenhum imposto sobre doações ou heranças.

"A complexidade tributária para as empresas familiares depende de onde estão localizadas e pode ser enorme. Em muitos casos, uma família que deseja passar sua empresa para a próxima geração é elegível para pleitear isenções ou deduções. Mas, a pesquisa também revela que os requisitos podem ser onerosos, exigem um planejamento completo e provavelmente serão restritos ou modificados em muitos casos", afirma o sócio-líder da área de **Tributos** da KPMG no Brasil e na América do Sul, Marcus Vinicius Gonçalves.

Embora existam isenções fiscais na maioria das jurisdições que podem diminuir a carga sobre as famílias que transferem suas empresas, muitas estão sob escrutínio crescente e as famílias precisam estar preparadas para eventuais mudanças legislativas restringindo ou excluindo essas isenções (como já

mencionado, nos Estados Unidos há atualmente de uma exclusão de **impostos** sobre doações e propriedades até determinado valor mas esta exclusão só é válida até 2026, já no Reino Unido há isenção do imposto sobre o patrimônio empresarial ao transferir uma empresa mas há propostas que podem modificar ou eliminar esta isenção).

"O ciclo de planejamento para as empresas familiares se acelerou com a pandemia.

Elas estão com um senso de urgência e proteção maior e as decisões sobre como, ou se, transferir a empresa, que podiam levar anos no passado, precisam agora, em muitos casos, ser tomadas em meses", afirma a sócia-diretora da área de Private Enterprise da KPMG no Brasil, Carolina Oliveira.

A pesquisa "Global family business tax monitor", da KPMG, foi elaborada com base nas conclusões de 54 países, regiões e jurisdições, e fornece detalhes sobre como seus regulamentos fiscais locais se aplicariam a cada caso. O conteúdo explora os efeitos que a tributação pode ter na transferência da empresa para os membros da família por herança e transferência vitalícia. O conteúdo está disponível na íntegra no link <https://bit.ly/3y9IVsX>.

**Site:** <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-11-05-2021/>

## Saúde ou economia, um dilema ético? (2)

**JEFFERSON KIYOHARA\***

JEFFERSON KIYOHARA\*

Dilema ético é aquela situação em que é preciso escolher entre duas opções e, ao escolher uma delas, você obrigatoriamente abre mão da outra. E ambas as opções são eticamente defensáveis.

Seria o caso na dicotomia: saúde ou economia?

Por exemplo, abrir ou fechar escolas durante a pandemia da Covid-19? Aqueles que defendem a abertura argumentam sobre a importância da educação, desenvolvimento, socialização e saúde mental de crianças e adolescentes, além da cobertura para os pais poderem trabalhar.

Para o fechamento, o argumento é de proteção de vidas e redução de contágio. Dependendo do momento numa pandemia, uma das posições ganha mais força, mas ambas são justas e positivas.

Agora, e no caso entre saúde ou economia?

Esse embate não deveria existir e não é um dilema ético porque, na prática, um depende do outro, então não é uma escolha. Ambos são importantes e, por isso, o povo brasileiro deveria se unir para defender a saúde e a economia e cobrar o mesmo dos políticos. Além de bandeiras políticas, temos que exigir uma coordenação nacional e uma convergência de interesses nessa guerra contra o verdadeiro inimigo, o vírus. Porém, o crescimento do número de mortes, as falências e o desemprego são evidência de que estamos falhando como nação, o que é um problema de todos.

A pandemia, além de ser uma preocupação por si só, colocou em evidência questões históricas existentes e as colocaram num novo patamar: educação deficiente; desigualdade social; escolas, transportes públicos e saneamento básico com insuficiência de recursos; dificuldade de crédito para o microempreendedor; desvio de verba pública e corrupção; mercado de trabalho informal, além da prática perigosa de automedicação, entre outros problemas.

Diante deste cenário, como pedir pelo distanciamento social com vagões lotados ou pela escola aberta sem sabonete para lavar as mãos? É preciso redes de apoio e soluções completas, como máscaras seguras para os usuários de transportes públicos, assim como

material de higiene e limpeza para as escolas. Isso é pensar de forma coletiva e ética.

Promover o "fique em casa" quando, segundo a consultoria IDados, 86% dos brasileiros não conseguem trabalhar remotamente, só é uma ideia viável se houvesse uma rede de assistência, com auxílio financeiro, crédito, doações e isenções que permitissem uma subsistência mínima para aqueles que, de fato, precisam. Assim como práticas coesas para minimizar o período necessário.

O modelo equivocadamente adotado no Brasil de "pseudo" quarentena somado às soluções incompletas permitiu o surgimento da variante da Covid-19 que acarretou mais mortes, assim como desempregos e falências, além da alta do dólar, **inflação** e redução de credibilidade perante a comunidade internacional.

Pioramos na saúde e na economia.

Não é eticamente defensável qualquer ato que vá contra à saúde pública ou cause danos à economia. Se sua ação ou inação diminui os esforços empreendidos pelos profissionais de saúde e apoio, o sofrimento daqueles que perderam entes queridos, aqueles que perderam seus empregos, a falência de empresas ou os que passam fome, automaticamente ela está errada ou incompleta.

As soluções não são simples, exigem recursos e boa gestão. Cada um deve agir, fazendo sua parte, neste momento que claramente exige sacrifícios, coerência, solidariedade e união.

Pense nos sacrifícios que poderiam ser feitos, ou seja, o que você poderia abrir mão, mesmo que temporariamente, para ajudar aqueles que precisam. Por exemplo, quantos políticos cederam seus salários ou benefícios em prol da população? E quantos se aproveitaram do momento para aumentar ainda mais os próprios privilégios? O poder público deve exigir sacrifícios e, ao mesmo tempo, contribuir com sua parte, reduzindo gastos e buscando eficiência. Deve priorizar as ações que apoiem a saúde e a economia.

Agora, mais que nunca, é fundamental coerência na aplicação do dinheiro obtido com os **impostos** e na decisão de quem receberá apoio, anistia, parcelamento da dívida. O mesmo vale para empréstimos em condições diferenciadas.

Estão sendo direcionados e priorizados para os que

precisam, como o microempreendedor, o desempregado, o trabalhador informal e os setores mais afetados como o lazer, a cultura e o turismo?

E os órfãos, crianças que perderam seus pais para a Covid-19? O que deveria ser prioritário, infelizmente, não está sendo e, por isso, as injustiças estão cada vez mais presentes.

Tal situação é triste e não é eticamente justificável, acarretando num risco de convulsão social somado ao problema de pandemia. Precisamos de ações e um caminho é pensar também em doações, campanhas de arrecadação coletiva e trabalho voluntário. Há lindas histórias de doações de máscaras, alimentos e materiais de higiene e limpeza, de forças tarefas para levar oxigênio aos hospitais, de suporte para aqueles trabalhando ou lutando para sobreviver, entre outros. Não espere que o governo ou as empresas, sozinhos, consigam solucionar a pandemia da Covid-19 e suas consequências. Todos podem e devem contribuir, exercendo a cidadania, pois a diferença acontece em várias pequenas ações. Seja ético e faça a diferença!

**\*JEFFERSON KIYOHARA É DIRETOR DE COMPLIANCE SUSTENTABILIDADE NA ICTS PROTIVITI**

**Site: <https://www.folhape.com.br/edicao-imprensa/1793/11-05-2021/>**

# Deputados querem CPI para investigar orçamento secreto

## BRASÍLIA E SÃO PAULO AGÊNCIA ESTADO

O esquema montado pelo governo Bolsonaro para conquistar apoio por meio de um orçamento secreto de R\$ 3 bilhões não apenas será alvo de investigação no Ministério Público e no Tribunal de Contas da União (TCU) como parlamentares já falam até mesmo na criação da "CPI do Tratoração". O Estadão revelou que o presidente Jair Bolsonaro entregou para um grupo de deputados e senadores o direito de impor onde seriam aplicados bilhões de reais, provenientes de uma nova modalidade de emendas, chamada RP9.

Ontem, 10, o deputado Ivan Valente (PSOL-SP) iniciou a coleta de assinaturas para pedir ao presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), com o objetivo de investigar o direcionamento de R\$ 3 bilhões do orçamento pelo Ministério do Desenvolvimento Regional. Para entregar o requerimento de CPI a Lira, Valente precisa da assinatura de 171 deputados.

"A criação de orçamento paralelo com execução condicionada à indicação de parlamentares que votam com o governo configura verdadeira compra de votos e fere gravemente a autonomia do Poder Legislativo e a separação de poderes assegurada na Constituição", disse Valente no requerimento de abertura de CPI. Ao Estadão, o deputado afirmou que a situação é "gravíssima". "Quem não deve, não teme. Não falaram que não tem corrupção no governo Bolsonaro? Vamos para cima", disse Valente.

O líder da bancada do Novo na Câmara, deputado Vinícius Poit (SP), disse que seu partido também insistirá na apuração das irregularidades. "Enviaremos representação ao TCU para investigar o tal orçamento secreto do governo, com indícios de compras superfaturadas de equipamentos agrícolas para aumentar a base de apoio na Câmara", afirmou Poit, em mensagem publicada no Twitter. "O dinheiro do pagador de **impostos** precisa ser respeitado e usado com responsabilidade".

## TRATORES

Documentos aos quais o jornal teve acesso comprovam que congressistas usurparam funções do Executivo. Pelo acordo, deputados e senadores

demandaram a compra de tratores e outras máquinas agrícolas, indicando até mesmo preços que chegaram a até 259% acima dos valores de referência fixados pelo próprio governo. Bolsonaro vetou a tentativa do Congresso de definir a aplicação dos recursos das emendas RP-9.

O presidente considerou que isso contrariava o "interesse público" e estimulava o "personalismo". Um conjunto de 101 ofícios aos quais o Estadão teve acesso mostra, porém, que Bolsonaro ignorou o seu próprio ato e entregou nas mãos de sua base de apoio o destino de R\$ 3 bilhões do Ministério do Desenvolvimento Regional. Aquele veto, porém, nunca foi derrubado.

## CODEVASF

Além disso, o presidente também aumentou a área de atuação da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), uma estatal controlada pelo Centrão, que vai aplicar os recursos do orçamento secreto conforme as indicações dos parlamentares. Na prática, Bolsonaro deu o dinheiro e a caneta para seus apoiadores.

Com o orçamento secreto, o governo negociou apoio para as candidaturas de Arthur Lira à presidência da Câmara e de Rodrigo Pacheco ao comando do Senado, em fevereiro. No modelo adotado pelo governo para atender aos parlamentares, a Codevasf virou a "estatal do Centrão". A empresa foi loteada e, a pedido de parlamentares, sua área de atuação incluiu mil novos municípios, muitos deles localizados a mais de 1.500 quilômetros das águas do rio São Francisco.

## Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login>

# Pix permitirá saque e troco

**VERA BATISTA ALEXIA OLIVEIRA\***

Sistema de pagamentos eletrônicos lançado pelo Banco Central, o Pix vai adquirir novas funcionalidades a partir de agosto. Com o Pix Saque, o cliente poderá retirar dinheiro em espécie em qualquer caixa de lojas, supermercados ou outro estabelecimento comercial. E com o Pix Troco, o correntista terá a opção de pagar um valor superior ao das suas compras e obter o retorno da diferença em moeda. Por enquanto, de acordo com a autoridade monetária, as transações estão limitadas a R\$ 500 diários. A intenção é de que não haja cobrança de tarifa para os clientes se forem feitas até quatro transações por mês. As mudanças no Pix podem ser discutidas desde ontem, quando o Banco Central abriu uma consulta pública sobre o tema. O prazo para envio de comentários termina em 7 de junho e, dependendo do resultado, algumas regras e procedimentos ainda podem mudar. Até as 20 horas de ontem, a página do BC havia recebido mais de 130 comentários.

O objetivo das duas modalidades, de acordo com o BC, é oferecer mais conveniência ao consumidor, ampliar a capilaridade do serviço em todo o país e aumentar a competição nas transações eletrônicas com o Pix. Essa última finalidade atende particularmente às instituições financeiras de pequeno porte que não têm rede própria ou ATMs (caixas eletrônicos 24 horas). Segundo Ângelo Duarte, chefe do Departamento de Competição e de Estrutura do Mercado Financeiro do BC, o Pix, que entrou em operação em novembro de 2020, teve uma boa adesão. Em abril deste ano, mais de 478 milhões de transações ocorreram por meio do sistema de pagamento.

Entretanto, ainda há muito espaço para o meio digital evoluir. No sistema bancário nacional, 77% dos pagamentos são em espécie, 12% no cartão de débito, 7% no cartão de crédito, 1% no cartão pré-pago e 3% em outras modalidades, como vale alimentação, cheque, boleto, débito automático ou transferências. Tanto o Pix Saque quanto o Pix Troco estão disponíveis para qualquer participante do meio de pagamento eletrônico.

De novembro de 2020 a maio deste ano, as transações com Pix se multiplicaram por mais de 13 vezes. No início, foram 34 milhões, subiram para 145 milhões em dezembro. Em janeiro de 2021, se elevaram para 200 milhões. No mês seguinte, foram 275 milhões. Em março pularam para 394 milhões e,

em abril, teve salto de 21,3%, para 478 milhões de transações mensais, pelos dados do BC.

## Contradição

A intenção do BC é continuar incentivando as negociações eletrônicas. "O objetivo continua sendo tirar o dinheiro de circulação. Mas quando se está nesse processo de eletrônica, é preciso dar para a população o sentimento de que a qualquer momento ela vai poder sacar os seus recursos e utilizar o papel moeda. Se não tiver isso, ela vai resistir ao processo eletrônico", explica o chefe adjunto do Departamento de Competição e de Estrutura do Mercado Financeiro, Carlos Eduardo Brandt. Para quem já tem Pix, os procedimentos são semelhantes. O usuário vai precisar estar com o celular logado em sua conta bancária.

Roberto Luis Troster, ex-economista-chefe da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e sócio da Troster Associados, acredita que a iniciativa ajuda os consumidores. Mas lembra que um em cada quatro brasileiros não tem acesso à internet. "Esse é o papel do BC, mas o país precisa focar em banda larga para todos", reforça. O lado positivo é que as novas modalidades de Pix vão ao encontro da cultura nacional. "Esse tipo de saque ou de troco já foi muito utilizado, por exemplo, com os cheques. As pessoas iam a um posto de gasolina e pediam para fazer um cheque com valor maior", descreve Troster.

Para o varejo, a medida também é positiva, na análise de Fábio Bentes, economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio, Bens, Serviços e Turismo (CNC). "Traz muitas vantagens e reduz o custo operacional de bancos, com o enxugamento de estruturas e do uso do dinheiro físico. Para o comércio, alinha-se às necessidades dos novos tempos, aumenta a segurança nas transações e diminui a demanda por transporte de valores. E também aumenta a possibilidade de trazer o cliente para dentro da loja", afirma Bentes.

A microempresária Patrícia Barros, 28, de São Luís, destaca a praticidade como um dos principais motivos que a levaram ao serviço digital. "Uso semanalmente e acho de grande praticidade nos pagamentos e nas transferências". Ela diz estar animada com as novas propostas do BC. "Poder sacar o dinheiro em espécie vai ser válido e será mais um benefício do aplicativo para os usuários. A questão do troco também vai facilitar muito. Não sabia que teria a possibilidade

desses procedimentos. Ótimo, principalmente para uso diário, porque eu trabalho com vendas", comemora. O estudante de língua estrangeira Vitor Oliveira, 22 anos, morador do município de Novo Gama (GO), também aprova. "Eu uso o Pix umas três a cinco vezes por semana. O serviço facilitou a vida, pois o dinheiro cai na hora e não importa o horário. Geralmente, uso mais em compras, para pagar os amigos ou em contas de restaurante e bar", afirma. Wedisley Gomes, 22, utiliza diariamente o Pix no trabalho como subgerente administrativo, em Valparaíso de Goiás (GO). "Os novos recursos do Pix vão facilitar ainda mais e incentivar muitas empresas que não possuem esse tipo de prática. Será agregador para os consumidores e usuários", comenta. Segundo o modelo em estudo pelo Banco Central, a máquina do caixa do comerciante vai apresentar um QR code para o cliente escolher quanto quer sacar. No Pix Saque, em vez de receber um produto, ele fica com o dinheiro em espécie. No Pix Troco, é preciso fazer uma compra. Na hora de pagar, ele digita um valor maior e recebe a diferença.

Mas embora o lojista tenha a possibilidade da transação, ele não é obrigado a ter dinheiro em caixa. O comerciante tampouco sofrerá punição caso não tenha os recursos disponíveis. Ele pode, ainda, definir dias e horários em que o saque ou a troca serão feitos, ou os valores das cédulas (R\$ 10, R\$ 20, R\$ 50 ou a combinação de todas) de acordo com a sua conveniência. \*Estagiária sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

Mercado espera **inflação** de 5,06%

O mercado financeiro elevou a estimativa de **inflação** em 2021. Segundo o boletim Focus divulgado ontem pelo Banco Central, as expectativas subiram de 5,04% para 5,06%. Para 2022, a projeção permanece em 3,61%. A previsão de **inflação** do mercado continua acima da meta de **inflação** do Banco Central que, com intervalo de tolerância de 1,5, é de 3,75% em 2021 e 3,50% em 2022, fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Em 2020, pressionado pelos preços dos alimentos, o IPCA ficou em 4,52%, acima do centro da meta para o ano, que era de 4%, mas dentro do intervalo de tolerância. Foi a maior **inflação** anual desde 2016. Em março, o BC elevou a taxa básica de juro para 2,75% ao ano. Na semana passada, nova alta, para 3,5% ao ano.

# Carne e remédio antecipam nova alta da inflação

Embora seja cedo para cravar uma nova projeção para o custo de vida em maio, o coordenador do Índice de Preços ao Consumidor - Semanal (IPC-S) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Paulo Picchetti, destaca que o comportamento do indicador no período de 30 dias encerrado na primeira semana deste mês mostra claro viés de alta em relação à estimativa inicial de 0,30% no fechamento do mês. O IPC-S subiu de 0,23% para 0,33% entre o fim de abril e a primeira quadrissemana de maio.

Paulo Picchetti explica que vai revisar a previsão, porque, na primeira medição da **inflação** de maio, a mudança tradicional de pesos em cada item confunde um pouco a leitura dos números. "Mas é clara a mensagem de fatores de preocupação e certamente vai fechar acima da taxa de 0,30% imaginada inicialmente."

O fator de preocupação são os preços do grupo de alimentação, cujo variação subiu de 0,32% para 0,45%, influenciada, principalmente, pelos itens in natura, com destaque para o tomate (-0,65% para 5,29%). Houve impacto também da entressafra e da forte demanda da China por carnes bovinas, fazendo os reajustes subirem de 2,11% para 2,52%.

Na ponta do consumo, comparando-se a primeira semana de maio e o mesmo período do mês anterior (pesquisa mais atualizada), o tomate aparece com alta de 15% de preços, enquanto vários cortes de carne bovina se situam em 5% e de suína, em 4%. "A tendência geral do grupo alimentação é de aumento. Como alimentação tem um peso desproporcionalmente maior na cesta de consumo da população mais pobre, é uma combinação perversa", diz o coordenador da FGV.

Em um ano, o aumento de preços acumulado para a carne bovina foi de 30,6% e o do arroz, 58,5%. Picchetti acrescenta que o reajuste de remédios no início de abril, de 10,08%, continua fazendo pressão sobre a **inflação**. O subgrupo medicamentos em geral acelerou a alta de 2,35% no fechamento de abril para 2,90% na primeira medição de maio, e vários remédios continuam indicando alta. Picchetti espera também que a energia elétrica seja o principal fator de pressão sobre o IPC-S de maio.

Site: <http://digital.em.com.br/>

# Planos de saúde

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) deve definir na próxima semana o índice de reajuste dos planos individuais, que representam 20% do mercado. O percentual deve ficar próximo a zero, como antecipou o colunista do GLOBO Lauro Jardim. O índice pode até ser negativo, segundo especialistas. O motivo é a queda de custos do setor, com a redução de procedimentos eletivos em 2020, de consultas a cirurgias, em razão da pandemia.

A decisão deve sair da reunião da diretoria da ANS marcada para o dia 18 e será aplicável aos planos com aniversário de contrato entre maio deste ano e abril de 2022. O índice será enviado ao Ministério da Economia e, depois, divulgado. O diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), do Ministério da Justiça, Pedro Queiroz, disse que o órgão tenta convencer a ANS e a área econômica a não autorizarem aumento nas mensalidades dos planos individuais, porque na pandemia a receita das operadoras cresceu, a quantidade de procedimentos diminuiu e o custo caiu.

- Há motivos de sobra para os próximos reajustes serem perto de zero ou até negativos -afirmou Queiroz.

A decisão afeta nove milhões dos 48 milhões de usuários de planos. Atualmente, 80% do mercado são de contratos coletivos, negociados livremente entre empresas e operadoras, ou seja, não são controlados pela agência.

A divulgação do índice dos contratos individuais deve aumentar a pressão sobre as operadoras em relação aos planos coletivos. Desde 2020, há um movimento de entidades de defesa do consumidor, apoiado por Ministérios Públicos estaduais, pela Defensoria Geral da União e pela própria Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), ligada ao Ministério da Justiça, para que a ANS desenvolva ferramentas que garantam maior controle e transparência sobre os aumentos destes contratos.

## RISCO DE SUBSÍDIO CRUZADO

No ano passado, o índice autorizado foi de 8,14% para os contratos individuais. Mas a Senacon verificou altas de até 46% nas mensalidades dos coletivos. Este ano, os primeiros aumentos nesta modalidade já anunciados ficam na faixa dos 15%. A conta pesa ainda mais no orçamento do brasileiro porque 20 milhões de usuários ainda pagam a fatura da

suspensão de aumentos no ano passado. A medida tentava minimizar o impacto da pandemia, mas um ano depois o reajuste volta a ser cobrado, de forma parcelada.

O DPDC mira também operadoras de planos coletivos. O órgão se prepara para abrir processo contra companhias de saúde que podem resultar em multas de até R\$ 11,5 milhões por empresa. A suspeita é que as operadoras façam subsídio cruzado nos planos coletivos: companhias com maior poder de barganha conseguiriam reajustes menores para seus funcionários, e os planos cobriam percentuais mais altos de firmas sem a mesma força na negociação. A tese é refutada pelas empresas e divide especialistas.

-Já que é livre negociação, provem que não estão fazendo subsídio cruzado! Os grandes, com poder de fogo, levam vantagem em cima dos mais vulneráveis. Para nós, não existe negociação-disse Queiroz.

O economista Marcus Pestana, assessor especial da presidência da Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abramge), diz que a ideia de subsídio cruzado é equivocada, pois não há comunicação entre os contratos. Ele ressalta que o controle de preços pode levar os planos coletivos a saírem das prateleiras, como aconteceu com os individuais: -Todo controle artificial de preço resultou no sumiço do produto das prateleira ou no crescimento de um mercado não regulado, como o de clínicas populares. Somos a favor da transparência e de que os casos de abuso sejam coibidos, mas são exceção. Temos 700 operadoras, há alternativas. Se o reajuste não for justo, é possível recorrer a outra empresa.

O mercado é competitivo.

Para Vera Valente, diretora executiva da FenaSaúde, entidade que reúne as maiores operadoras, não falta transparência ao setor, já que ele é submetido à fiscalização do órgão regulador:

-O reajuste é feito com base em uma série de indicadores, que envolvem particularidades de cada carteira e contrato, como idade dos participantes, índice de sinistralidade, severidade dos sinistros registrados, prevalência de doenças crônicas, entre outros tópicos. Os planos de saúde não criam custos. As operadoras gerenciam despesas e repassam a usuários o necessário para manter a carteira em equilíbrio.

## EVITAR INTERVENCIONISMO

Para Vera, quando se fala em regulação de reajuste, no caso dos planos coletivos o que deve prevalecer é o entendimento entre as partes:

-Intervenções intempestivas em setores regulados tentem a produzir desequilíbrios e desestruturar o que precisa funcionar bem, sobretudo num momento de pandemia. O resultado acaba sendo sempre pior para a população. Evitar o intervencionismo é uma lição que o país já aprendeu.

Segundo a ANS, a taxa de sinistralidade (proporção entre uso do plano pelo beneficiário e o valor arrecado com mensalidades) foi de 82,4% em 2019. No ano passado, ficou em 75,4%, em mais um sinal do uso menor do plano.

Levantamento da Mercer Marsh Benefícios mostra que a pandemia derrubou a estimativa do custo médico e hospitalar, a chamada **inflação** médica, nos planos coletivos no ano passado. O percentual, uma referência de despesas do setor, estava previsto em 11,5% e teve deflação de 2,1%.

-O ano passado foi atípico, com redução na utilização do plano pelo usuário. E isso permitiu que contratos fossem renegociados com redução de preço, dependendo da empresa. Desde novembro, porém, houve um salto em internações e nos custos atrelados a isso -alertou Antonietta Medeiros, diretora de Gestão de Saúde da consultoria.

Segundo Antonietta, o novo rol de procedimentos (serviços e exames de cobertura obrigatória) em vigor desde abril vai afetar os planos coletivos, especialmente os de aniversário de contrato perto do fim do ano.

-Quanto maior o número de colaboradores em home Office e em distanciamento social, menor foi o gasto com saúde em 2020. Não vejo subsídio às avessas. O volume devidas traz diluição de risco, reduzindo custo. E não é só porque uma empresa é pequena que ela tem menos força comercial -disse Antonietta.

Sheila Mittelstaedt, sócia da KPMG, avalia que o reajuste dos planos individuais deverá ficar perto de zero. Para os coletivos, estima alta menor que no ano passado:

- Os planos coletivos deverão ter reajuste entre 10% e 30%. Antes da pandemia não havia reajuste inferior a 20%, podendo chegar a 50%.

Para Rafael Robba, advogado especialista em direito à saúde, a divulgação do reajuste dos planos individuais

deve levar a mais ações na Justiça de usuários de planos coletivos que buscam equiparar o índice de correção, uma iniciativa que, segundo ele, já aumentou no primeiro trimestre:

- O reajuste dos planos individuais é um parâmetro. Reajustes muito acima dos concedidos pela ANS vão gerar questionamento e judicialização. O cálculo dos contratos coletivos fica na mão das operadoras, uma caixa-preta.

Foi o caminho seguido por Beatriz Linardi, de 61 anos. Em 2018, a gerente financeira, hoje aposentada, entrou com ação para derrubar o aumento de 32% sobre o plano coletivo:

-Você fica refém porque ou acata ou fica sem cobertura. Você se sente vulnerável, sem proteção, porque podem vir com qualquer percentual. Hoje tenho plano, mas amanhã não sei se terei.

Ela venceu a ação este ano, mas já teve novos aumentos:

-Fui tendo um reajuste em cima do outro. Um deles chegou a 14%.

## FIO DA MEADA

### Planos individuais

Eles representam 20% do mercado e são regulados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que deve definir na próxima semana o reajuste autorizado.

### O que esperar

Diante da queda no uso dos planos durante a pandemia em 2020 para procedimentos eletivos, como cirurgias e consultas, a expectativa é que os planos não tenham aumento. Especialistas veem chance até de índice negativo, ou seja, redução de mensalidade.

### Planos coletivos

Representam 80% do mercado e têm reajustes definidos em negociação direta entre empresas e operadoras. Embora as operadoras não sejam obrigadas a seguir o que for definido para contratos individuais, a expectativa é que aumente a pressão sobre elas, pois segmentos voltados à defesa do consumidor alegam falta de transparência no cálculo do reajuste.

### Impactos

Advogados veem risco de que consumidores recorram

à Justiça para obter equiparação ou aproximação entre o reajuste dos contratos individuais e coletivos. Órgão ligado ao Ministério da Justiça prepara processo por avaliar que algumas operadoras de planos coletivos aplicam reajustes menores em contratos de empresas de maior porte, com maior capacidade de negociação, e compensam isso com aumentos maiores para contratos de firmas menores.

"Há motivos de sobra para os próximos reajustes (de planos de saúde individuais) serem perto de zero ou até negativos"

Pedro Queiroz, diretor do DPDC, do Ministério da Justiça

"Todo controle artificial de preço (em referência a mudanças no coletivo) resultou no sumiço do produto da prateleira"

Marcus Pestana, assessor especial da presidência da Abrange

"Você fica refém porque ou acata ou fica sem cobertura. Você se sente vulnerável. Hoje tenho plano, mas amanhã não sei se terei"

Beatriz Linardi, usuária de plano coletivo que foi à Justiça

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Novo ciclo de commodities sustenta a alta da bolsa

*Lucas Hirata, Olívia Bulla, Ana Paula Machado e Stella Fontes*

Perto de registrar recorde histórico, a bolsa brasileira está sendo movida pela alta dos preços das commodities exportadas pelo país. No ano, o Ibovespa, principal índice do mercado doméstico, acumula alta de 1,33%. Excluídas as ações das empresas que produzem papel e celulose, metais e proteínas - setores em que o país é competitivo -, o índice passaria a ter queda de 15,43% em 2021.

Excetuando-se apenas as commodities metálicas e petróleo, o recuo é de 3,33%, segundo cálculos do Valor Data - os papéis de Banco Inter, Locaweb e rede Assai passaram a integrar o Ibovespa apenas em abril e, por isso, estão fora da conta. Ontem, o índice fechou em leve queda de 0,11%, a 121.909 pontos, a menos de 3% do recorde (125 mil pontos), alcançado em janeiro.

A tendência de alta das commodities, que beneficia o país num momento em que fatores domésticos não têm ajudado a impulsionar a atividade, pode se estender por um período mais longo que o esperado. A principal explicação está na China, onde a demanda por minério de ferro, por exemplo, cresceu cerca de 15% no primeiro trimestre, graças a estímulos fiscais concedidos pelo governo, às exportações e a investimentos pesados em infraestrutura.

Ontem, no porto de Qingdao, a tonelada do minério com teor de 62% de ferro encerrou o dia a US\$ 230,56, alta de 8,6% em relação à sexta-feira. Apenas em maio, o insumo acumula reajuste de 22% e, no ano, de quase 44%. "Há probabilidade muito grande de vermos preços elevados de commodities neste ano e no próximo. E acredito que poderemos ver um ciclo de três a cinco anos, como foi a duração de 2002 a 2007", diz Carlos Eduardo Rocha, diretor de investimentos da Occam.

Se favorece o país do ponto de vista da bolsa e das contas externas, a alta das commodities pressiona a **inflação**, que já está acima da meta. No entanto, a valorização do real, em decorrência do salto nas exportações de matérias-primas, tende a amortecer reajustes internos. Página A16

**Site:**

**[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186855?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186855?page=1&section=1)**

# Atraso de insumo chinês é retaliação a Bolsonaro, indica Doria

**André Guilherme Vieira**

O Instituto Butantan entregou ontem mais 2 milhões de doses da vacina Coronavac ao Programa Nacional de Imunizações (PNI). Com o novo lote, o governo do Estado de São Paulo entregou 45,112 milhões de doses do imunizante contra covid-19 produzido em parceria com a farmacêutica chinesa Sinovac desde o início do ano.

A previsão é de entrega amanhã de mais um lote de 1 milhão de doses da vacina, concluindo o primeiro contrato para fornecimento de imunizantes fechado pelo governo paulista com o Ministério da Saúde. A segunda etapa do contrato prevê a entrega de mais 54 milhões de doses do imunizante até o fim do ano.

Há, no entanto, receio de que o governo chinês não entregue os insumos necessários para a produção das vacinas dentro de um prazo necessário, segundo o governador João Doria (PSDB).

O diretor do Instituto Butantan, Dimas Covas, afirmou que permanece indefinida a situação de liberação dos insumos na China. "Esperamos que até quarta-feira possamos ter uma notícia positiva. Temos trabalhado intensamente tanto com a Sinovac quanto com a embaixada [da China] aqui no Brasil, mas a situação de momento permanece inalterada."

"É claro que há uma limitação determinada pelo governo da China dada às manifestações inadequadas, inapropriadas e absolutamente inoportunas do governo brasileiro através de suas autoridades, excluindo o ministro das Relações Exteriores [Carlos Alberto França], que reconheço, está tentando fazer um esforço diplomático para fazer a liberação dos insumos para o embarque em Pequim desses 4 mil litros de insumos", afirmou Doria.

"Mas o fato é que, a cada esforço que faz o Ministério das Relações Exteriores e o seu ministro Carlos França, há um esforço contrário em manifestações conduzidas e lideradas pelo próprio presidente da República", disse o governador.

Na semana passada, o presidente Jair Bolsonaro insinuou que o novo coronavírus possa ter sido criado em laboratório chinês. "É um vírus novo, ninguém sabe se nasceu em laboratório ou por algum ser

humano que ingeriu um animal inadequado. Mas está aí. Os militares sabem o que é guerra química, bacteriológica e radiológica. Será que não estamos enfrentando uma nova guerra?", afirmou. "Qual o país que mais cresceu seu PIB? Não vou dizer para vocês." A China foi um dos raros países com crescimento econômico em 2020: alta de 2,3%.

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186855?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186855?page=1&section=1)

# Investimentos das concessões animam, mas não bastam (3)

Os leilões de concessões deslançaram finalmente em abril e vão injetar um pouco de oxigênio na combatida infraestrutura nacional. Calcula-se que um país precisa investir o equivalente a 4% do Produto Interno Bruto (PIB) apenas para manter a infraestrutura existente. Mas nem mesmo metade disso tem sido atingido há vários anos no Brasil. As áreas mais críticas são saneamento, transportes e logística, algumas das quais foram contempladas nos leilões.

Com o Orçamento comprimido pelas despesas obrigatórias e pouca disposição para reformas e cortes importantes, até mesmo obras de cunho social e importantes para os planos políticos do governo de Jair Bolsonaro têm sido atingidas. O Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR) ficou sem recursos para o Fundo de Arrecadação Residencial (FAR) e pode não conseguir dar continuidade à construção de moradias para a população de menor renda. Sem recuperar cerca de R\$ 1,5 bilhão para o orçamento do FAR, o Ministério de Desenvolvimento Regional não terá dinheiro, a partir deste mês, para manter o Minha Casa Minha Vida. De quebra, a interrupção das obras causaria a perda de 130 mil empregos, em momento de elevado índice de desocupação.

A realização dos leilões de infraestrutura não resolve esse problema, naturalmente, mas contribui para a retomada de obras que estavam paradas ou a modernização de operações existentes, além de criar empregos. Espera-se que os leilões realizados em abril resultem em R\$ 48 bilhões em novos investimentos nos próximos 35 anos (Valor 3/5). A conta inclui não apenas as concessões decididas na Infra Week, mas também a da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae). No total foram 14 novos contratos de concessão fechados no mês.

O maior volume de investimento foi comprometido com a operação da Cedae, dividida em quatro blocos, três dos quais foram arrematados com o pagamento de R\$ 22,7 bilhões em outorgas. Os investimentos empenhados somam R\$ 27,1 bilhões, volume que corresponde a mais da metade do total investido pelo setor privado em saneamento até agora, de R\$48 bilhões, que sobe para R\$ 75 bilhões. Com isso, aumentou em 32% a população atendida pelo setor privado em saneamento, ou 11 milhões de pessoas. O novo marco do saneamento contribuiu para incentivar

o interesse privado, como outras operações já haviam demonstrado.

A Infra Week também surpreendeu positivamente pelo forte interesse pelos aeroportos. Apesar de o serviço ter sido um dos mais prejudicados pela pandemia, que resultou em severas restrições à mobilidade e fez despencar a demanda pelo transporte aéreo, há uma aposta na recuperação futura, assim que a covid-19 for domada. A concessão de aeroportos sempre foi muito cobiçada, mesmo com alguns casos de insucesso. Desta vez, foram concedidos 22 aeroportos, divididos em três blocos, espalhados por 12 Estados, que resultaram em R\$ 3,3 bilhões em outorgas e R\$ 6,1 bilhões em investimentos. O ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, ficou tão feliz que chegou a quebrar o martelo usado ao apregoar o lance final, contrariando previsões de colegas do ministério que esperavam um fracasso. A Infra Week ainda leiloou um trecho de ferrovia e terminais portuários.

O governo tem planos mais ambiciosos de arrecadação e investimentos com concessão de infraestrutura neste ano. Estão previstos mais 22 leilões e um total de R\$ 84 bilhões em novos aportes, contando com ofertas atraentes como a rodovia Dutra e o projeto ferroviário Ferrogrão. A meta do governo é conseguir fazer, até o fim de 2022, concessões que resultem em R\$ 260 bilhões em investimentos, valor muito aquém do necessário.

No entanto, por mais que um projeto de concessão de infraestrutura mire principalmente o longo prazo, não se pode descartar a influência de fatores de curto prazo como o enfrentamento da pandemia pelo governo. O acúmulo de erros registrado até agora não favorece o ânimo do investidor. Alguns sinais de alerta devem ser levados em conta como a concentração dos lances em alguns players, a presença reduzida do capital estrangeiro e a ausência de lances por um bloco da Cedae por motivos de segurança. Existem ainda as fraquezas jurídicas que afugentam, como a suscitada pela tentativa de encampação da Linha Amarela, da Invepar, e as já tradicionais liminares judiciais às vésperas dos leilões. A resistência do governo e do Legislativo em avançar as importantes reformas econômicas também jogam contra.

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186855?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186855?page=1&section=1)

# A pobreza escancarada - MARIA CLARA R. M. DO PRADO

**MARIA CLARA R. M. DO PRADO**

Todos conhecem a predominância da renda mal distribuída na economia brasileira. É, talvez, a sua característica mais marcante e duradoura. Ganhou impulso a partir do final da década de 60 com a política de "fazer crescer o bolo (da renda)" para reparti-lo depois e acentuou-se com o aumento vertiginoso da inflação na década de 80 até meados de 1994, quando o Plano Real conseguiu finalmente estabilizar os índices de preços sem que fosse, porém, viabilizada a redistribuição.

A pandemia da covid-19, que colocou o mundo de cabeça para baixo, afetou a renda de todos os países, com sérias implicações distributivas, impacto negativo na educação e aumento generalizado de pobres. O Banco Mundial estima que o mundo seja vítima do aumento dos níveis de extrema pobreza pela primeira vez depois da continuada queda verificada ao longo de 25 anos, até o ano passado.

No entanto, a fatalidade do vírus afetou os países de forma diferente, do ponto de vista econômico e social. Não fosse o auxílio distribuído no ano passado a famílias de baixa renda, no total de quase R\$ 300 bilhões, os números da pobreza no Brasil teriam cravado o status de calamidade. O nível de pessoas pobres, considerando a renda per capita por domicílio de R\$ 469 por mês (valor de hoje) segundo critério do Banco Mundial, caiu em meados de 2020 quando comparado ao ano anterior. Isso ajudou a sobrevivência das famílias de renda mais baixa que perderam empregos e ocupações e impulsionou a economia, que se retraiu à metade daquilo que era previsto no início da pandemia.

Para surpresa geral, 2021 chegou a cavalo de uma segunda onda da pandemia muito mais forte do que a anterior. Apesar disso, o auxílio emergencial concebido para este ano foi minguado a ponto do total não passar de R\$ 45 bilhões. O resultado da redução para a sétima parte do montante destinado a aliviar a perda da renda dos mais pobres está à vista, escancarada na fisionomia dos brasileiros que imploram por comida nas esquinas das grandes cidades. Nunca as classes média e alta do país estiveram frente a frente com a pobreza de forma tão ostensiva.

Na tentativa de amenizar a fome, o setor privado, através de inúmeras iniciativas, tem se mobilizado intensamente na distribuição de cestas de alimentos nos bairros de renda mais baixa. É o recurso derradeiro para evitar o acúmulo de famintos que se somam ao acúmulo dos doentes e de mortos pela covid, mas não é, obviamente, suficiente para aplacar a pobreza.

No texto "Gênero e Raça em Evidência durante a Pandemia no Brasil: o impacto do auxílio emergencial na pobreza e extrema pobreza", as pesquisadoras Luiza Nassif-Pires, Luísa Cardoso e Anna Luiza Matos de Oliveira, do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da Universidade de São Paulo (Made-USP) estimam que, com os valores do auxílio emergencial aprovados para 2021, a pobreza no Brasil atinja este ano 61,1 milhões de brasileiros, entre os quais 19,3 milhões estarão fadados a viver na extrema pobreza (renda de R\$ 162 por mês).

É muita gente. Representa quase um terço da população brasileira, seis vezes a população de Portugal e pouco menos do total de pessoas que vive no território da França.

Mais importante é o fato de que a quantidade de brasileiros que tende a ser empurrado para a pobreza neste ano, beneficiados com um auxílio emergencial bem menor do que no ano passado, será significativamente maior em comparação com os 51,9 milhões que padeciam na pobreza em 2019, sendo que destes 13,9 milhões eram extremamente pobres. O estudo, de abril último, mostra ainda que, desagregado por gênero, as simulações apontam o seguinte panorama da pobreza em 2021: 38% de mulheres negras, 36% de homens negros e 19%, respectivamente, de mulheres e homens brancos. Fica claro que a ajuda do governo neste ano está longe de compensar o desemprego causado pela retração econômica.

Não se pode perder de vista o pano de fundo que retrata as situações da pobreza e da má distribuição de renda para além dos efeitos recessivos provocados pela pandemia. Em um país onde quem tem rendimento de R\$ 4 mil por mês (ou cerca de US\$ 764,81 ao câmbio de ontem no segmento comercial) está estatisticamente na faixa dos 10% mais ricos, a

realidade mostra que não só a renda é mal distribuída como é baixa, de modo geral. O Brasil está hoje na 85 - colocação em termos de renda per capita.

Mais grave ainda, como tem destacado o economista da FGV-Rio, Marcelo Neri, em suas pesquisas sobre a situação dos jovens brasileiros no mercado de trabalho, é a dramática desigualdade de renda na faixa etária dos 15 aos 29 anos que em cinco anos, até 2019, teria perdido, em média, 14% de renda. Os jovens pobres foram mais afetados, com perda média de 24% da renda, enquanto que os analfabetos perderam 51% da renda naquele período.

Visto por outro ângulo, o prognóstico para as futuras gerações de brasileiros não é nada alentador. Segundo o índice de Capital Humano (HC1 - Human Capital Index do Banco Mundial), o Brasil cravou a posição medíocre de 0,5515 na avaliação feita em 2020. Está muito abaixo de países da mesma região, como o México (0,6129) e o Chile (0,6516), e de outros emergentes como a China (0,6531), a Rússia (0,6814) e a Turquia (0,6493), para não falar dos europeus como a Irlanda (0,7926) e a Noruega (0,7711) e muito menos em Singapura (0,8791).

Aquele índice mede o montante de capital que uma criança nascida hoje pode esperar reter quando chegar aos 18 anos de idade, dados os riscos de deterioração da educação e da saúde no país em que vive. Tenta chamar a atenção sobre como as melhorias necessárias naquelas duas áreas podem definir a produtividade da próxima geração de trabalhadores, assumindo que as crianças nascidas hoje tendem a experimentar nos próximos dezoito anos as mesmas oportunidades educacionais e os riscos de saúde que as crianças daquela faixa de idade enfrentam atualmente.

Para mudar um quadro tão viciado, só mesmo uma transformação na maneira de encarar a má distribuição de renda no país que fuja das amarras dos antecedentes históricos e caia na visão objetiva de que quanto mais poder aquisitivo tiver a população, mais a economia tende a crescer e prosperar.

Maria Clara R. M. do Prado, jornalista, é sócia diretora da Cin - Comunicação Inteligente e autora do livro "A Real História do Real". Escreve mensalmente às terças-feiras. E-mail: mclaraprado@terra.com.br

**Site:**

**[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186855?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186855?page=1&section=1)**

# Dívida pública de curto prazo pode atingir média de 19,3% do PIB

**Fabio Graner De Brasília**

O Tesouro Nacional vê risco de a dívida brasileira de curto prazo, com vencimento em até 12 meses, superar o patamar de um dos piores períodos para a gestão desses compromissos na história do país. Projeções da instituição indicam possibilidade de a parcela que vence em até um ano chegar a 18,8% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2021, subindo para uma média de 19,3% nos três próximos anos.

Esse nível representa quase o dobro do verificado da média do intervalo de 2006 a 2019 e seria mais alto que os 17,8% do **PIB** de média registrados entre 1999 (início da série) e 2005, quando o Brasil teve enormes dificuldades para gerenciar a dívida e ficou sob as rédeas do Fundo Monetário Internacional (FMI).

"O refinanciamento desses títulos curtos em 2021 tende a ser feito por meio de novos títulos com características similares, o que significa que a elevada concentração de dívida no curto prazo tende a prosseguir por um período superior a 2021. Assim, a redução do percentual vincendo em 12 meses tende a ocorrer gradualmente ao longo dos próximos anos, conforme as condições de mercado permitam o alongamento dos prazos das emissões", diz o órgão no anexo de riscos fiscais do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (EDO) de 2022, onde estão essas projeções.

Técnicos do Tesouro explicam que esse não é o cenário básico da instituição, embora limitem-se a dizer que esperam uma trajetória melhor que a projetada no anexo de riscos. Luiz Fernando Alves, coordenador-geral de Planejamento Estratégico da dívida, explica em entrevista ao Valor que o crescimento recente da dívida de curto prazo no Brasil está relacionado à pandemia, que levou a uma percepção de risco maior por parte do mercado.

"O Tesouro tinha necessidade de financiamento maior para cobrir e teve de recorrer aos títulos mais curtos para reforçar seu caixa. Houve de fato um aumento na maturação de curto prazo, que a gente reconhece que é alta", afirma Alves, reforçando que esse é um cenário de risco e não o básico com que a equipe do Tesouro trabalha.

De acordo com o anexo da LDO, em 2020 o volume

de dívida de curto prazo atingiu 18,7% do **PIB**, "patamar significativamente acima da média histórica registrada entre 2006 e 2019, de 10,7% do **PIB**". "A tendência é que essa proporção aumente ainda mais segundo estimativas para o PAF [Plano Anual de Financiamento] 2021 e anos seguintes, caso as condições vigentes não permitam um alongamento mais acelerado dos prazos dos títulos públicos emitidos", completa o documento.

Alves destaca que a discussão sobre a dívida de curto prazo remete à questão do caixa que o governo tem para a lidar com ela. Depois de forte pressão no ano passado, a área econômica conseguiu repor esse "colchão" e o colocar inclusive acima dos níveis pré-pandemia. Os dados mais recentes mostravam um caixa de R\$ 1,1 trilhão, graças a um mix mais amplo de emissão de títulos e ao uso de R\$ 140 bilhões em recursos de fundos públicos que foram liberados para o pagamento de dívida. "Estamos com um caixa mais robusto acima do nível prudencial", reforça o coordenador de operações da dívida, Roberto Lobarinhas.

"A margem de cobertura da reserva de liquidez para pagamento de vencimentos em 2022, particularmente, dependerá da extensão dos impactos das medidas fiscais em resposta à pandemia e ao estado de calamidade em curso sobre as necessidades de financiamento do Tesouro, bem como das condições de mercado para a emissão de títulos da dívida mobiliária em 2021", diz a LDO.

Sobre o fato de os dados do Tesouro apontarem uma alta dívida de curto prazo, inclusive acima da média do início dos anos 2000, Alves destaca algumas diferenças relevantes em relação àquele momento. A primeira delas é a menor prevalência de dívida cambial. Outro elemento mais favorável agora é que há maior amplitude de títulos a serem oferecidos, dando flexibilidade à gestão. Além disso, o fato de hoje haver caixa bem maior do que no início do século.

Os dados da LDO também mostram crescente aumento da sensibilidade da dívida aos juros e ao câmbio, principalmente ante o primeiro. Os testes de estresse (simulações realizadas para verificar como a dívida se comporta em cenários extremos) mostram que a vulnerabilidade a esses dois indicadores mais que dobrou desde o piso verificado em 2014.

"Considerando o estoque de dívida em final de período, o impacto de um cenário de estresse corresponderia a um incremento da dívida de 4,8% do **PIB** em 2021. Embora em patamar inferior aos 9,0% do **PIB** em 2004, observa-se uma tendência de crescimento deste indicado desde 2013, quando esse risco foi estimado em 1,7% do **PIB**", diz o texto.

O cenário de estresse considera, por exemplo, um choque de juros que, pelas contas mais recentes, seria da ordem de 9 a 10 pontos percentuais na Selic. "É um cenário extremo. A maior exposição à Selic é um fato, mas um choque dessa magnitude consideramos improvável", explica Alves.

O técnico do Tesouro também lembra que o Brasil precisa avançar na consolidação fiscal, o que geraria uma melhora mais acentuada na dívida, especialmente em um quadro ainda de juros baixos no Brasil. "Quanto mais rapidamente avançarmos na consolidação, mais rápido conseguiremos responder a cenários alternativos de juros", afirma.

Segundo ele, já houve uma melhora recente no cenário para o refinanciamento da dívida, mas é preciso trabalhar para que esse indicador tenha uma diminuição que permita ao país lidar com possíveis riscos e absorver choques sem maiores problemas. "A questão é ter mais capacidade de absorver choques, por isso a necessidade de consolidação fiscal", diz.

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186855](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186855)

# Para mercado, taxa Selic vai fechar o ano a 5,5%

FOCUS O mercado financeiro manteve a mesma projeção da semana passada para a taxa básica de juros, a Selic. Segundo a pesquisa semanal Boletim Focus de ontem (10), a taxa Selic (juro básico da economia) deve terminar o ano de 2021 em 5,5%. O Boletim Focus compila as projeções dos principais analistas do mercado financeiro nacional para indicadores da economia brasileira.

Na semana passada, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) decidiu elevar a taxa em 0,75%, passando para 3,50% ao ano, conforme sinalizado pela diretoria do BC, em abril.

Para o fim de 2022, a estimativa é de que a taxa básica suba para 6,25% ao ano. E para o fim de 2023 e 2024, a previsão é de 6,5% ao ano.

O BC usa a Selic como principal instrumento para controlar a **inflação**. Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, há reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança, desaquecendo a economia.

A previsão do mercado financeiro para o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA - a **inflação** oficial do país) deste ano subiu mais uma vez. Passou de 5,04% para 5,06%.

Foi o quinto aumento consecutivo na projeção.

**Site:**

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

# Medidas atrasadas e sem alvo não salvam a economia (3)

As medidas tomadas pelo governo federal neste início de 2021 não foram assertivas como necessitava a economia brasileira para a retomada do crescimento. As taxas de juros estão elevadíssimas e o endividamento continua ocorrendo tanto para pessoas físicas no patamar de 96,71% ao ano como para pessoas jurídicas 43,74% ao ano. Esses percentuais acumulados deixam os seguimentos apreensivos e refletem no **PIB** (Produto Interno Bruto) que está com projeção de estagnação.

Outro ponto que assusta o mercado é a diferença entre a taxa Selic com redução medidas atrasadas e sem alvo não salvam a economia de 4,50 pontos percentuais, e a disparidade dos juros com elevação média de 8,74 pontos percentuais. A taxa Selic serve como referência pelo Banco Central para operações financeiras. O reflexo disso está nas elevações dos juros para créditos, inclusive para pessoas jurídicas que acumulou em março 43,58% ao ano.

Para a pessoa física, a facilidade do cartão de crédito tem sido a forma rápida de obter mais recursos, porém, as taxas de juros nessa modalidade passam de 300% ao ano, podendo chegar 875%, conforme prevê a Agência Brasileira de Defesa do Consumidor (Proteste). Essa estrangulamento do mercado com os juros elevados podem causar mais falências e desempregos no decorrer deste ano de 2021.

O governo demorou para tomar decisões e quanto fez não conseguiu amenizar o impacto como esperava. As Medidas Provisórias que reduzem salários e jornadas de trabalho tiveram, até o momento, adesão de apenas 50% da demanda necessária. Outros dados continuam subindo a cada mês. A exemplo, o desemprego que já aproxima de 15 milhões de brasileiros, e o número de desalentados já passa de 6 milhões. Esse contingente acaba migrando para a informalidade que outro gargalho que precisa de solução. Enfim, nos resta torcer para que medidas corretas sejam tomadas dentro do tempo para evitar recessão mais ampla e demorada. Enquanto isso, a menor alternativa é evitar endividamento, se for possível.

# Privatizar a Eletrobrás é um atentado contra o Brasil (2)

**Marília Arraes Deputada Federal (PT/PE)**

Esta semana será crucial na luta contra mais uma tentativa de privatização da Eletrobrás. O rolo compressor do Governo Bolsonaro quer colocar a Medida Provisória 1031/21 em votação, em caráter de urgência, na Câmara dos Deputados, nos próximos dias para que a matéria seja enviada ao Senado até o dia 17 de maio. A MP, que caduca em 22 de junho, é um gravíssimo ataque ao sistema elétrico brasileiro, à soberania nacional e aos direitos de nossa população.

Basta uma rápida análise sobre as recentes privatizações de distribuidoras de energia elétrica em nosso país para verificar os efeitos colaterais imediatos desse desmonte: tarifaço e apagão. Como esquecer do recente episódio sombrio no Amapá, quando uma transmissora de energia privada deixou a maior parte do estado sem luz por 20 dias, em plena pandemia da Covid-19!

A privatização da Eletrobrás, como defende Bolsonaro, Paulo Guedes e seus aliados privatistas, irá ferir mortalmente a economia popular e causará prejuízos irreversíveis aos trabalhadores de todo o país. Se a privatização for efetivada, já num primeiro momento, a conta de luz terá um aumento de até 16,7%! Estudos sobre o tema mostram que a privatização vai elevar o custo da indústria, das famílias e de toda a cadeia de produção da economia em R\$ 460 bilhões, por um período de 30 anos.

A presença firme do Estado em alguns setores, como é o caso da energia, é fundamental para que as nações possam levar desenvolvimento a todo seu território, regular o mercado e assegurar uma infraestrutura acessível para que o setor produtivo do país opere e tenha competitividade. Nenhum país pode renunciar a isso sob pena não só de ter grandes perdas, mas também de ver sua economia submetida a interesses conflitantes com os do próprio país.

Diferentemente do que afirma o Governo Bolsonaro, a Eletrobrás é saudável financeiramente, tem baixíssima relação dívida líquida/Ebitda, capacidade de endividamento, recebíveis e atração de parcerias, gerou bilhões de dividendos para União e não é dependente do Tesouro. Quinta maior geradora hidrelétrica do mundo, a empresa teve um lucro de R\$ 30 bilhões nos últimos três anos e possui um caixa de

R\$ 14 bilhões. Além disso, a empresa pratica tarifas viáveis, que contribuem para as metas de **inflação**, já que a energia elétrica tem peso expressivo no IPCA e no orçamento das famílias brasileiras.

O Brasil está indo na contramão do mundo com este projeto de privatização da Eletrobrás, pois diversos países desenvolvidos e emergentes não abrem mão da forte presença estatal em seus respectivos setores elétricos, como EUA, Canadá, Noruega, China, Rússia, Índia, África do Sul, dentre outros. Se já é temerária a possibilidade de privatização em si, no formato proposto pela MP 1.031, de capitalização da holding Eletrobrás, todos os riscos de prejuízos ao erário público e aos consumidores são ampliados.

Atualmente, há uma onda de protestos na Europa exigindo a reversão de privatizações feitas nas últimas três décadas em serviços essenciais como fornecimento de energia, abastecimento de água e saneamento básico. Alguns governos alegam que a venda de estatais do setor elétrico aumentaria a eficiência e geraria novos investimentos. Mas o que vem ocorrendo é exatamente o contrário: a participação acionária dessas empresas está hoje em grande parte nas mãos de um pequeno grupo de investidores internacionais - muitos deles baseados em paraísos fiscais.

Na Grã-Bretanha, por exemplo, os preços dos serviços aumentaram 40% e mais de um quarto do valor que os consumidores pagam nas contas vai para o serviço da dívida e o pagamento de dividendos. Numa recente pesquisa, 77% dos britânicos são favoráveis à reestatização das empresas de energia. Igualmente importante lembrar que muitas das empresas estratégicas britânicas da área de energia estão nas mãos de empresas estatais de outros países, a exemplo da China e da Itália, este último que já controla diversas distribuidoras de energia em território brasileiro.

O Brasil não pode ser vítima desse novo modelo de colonização - que captura infraestruturas nacionais de serviços fundamentais para transformá-los em fonte de enriquecimento para rentistas e especuladores ancorados em paraísos fiscais! A privatização da Eletrobrás, detentora de 30% da geração e 45% da transmissão, resultará sim na formação de oligopólio no setor elétrico brasileiro e beneficiará, sobretudo,

fundos estrangeiros e fundos de bilionários locais que, curiosamente, ficaram mais bilionários durante a pandemia.

Repetiremos até a exaustão: infraestruturas nacionais são estratégicas e servem, inclusive, para potencializar o desenvolvimento das empresas do país por meio da garantia de abastecimento consistente e a preços favoráveis à expansão das atividades produtivas. Diferentemente do que tentam fazer parecer diversos setores da sociedade, não se trata de uma questão de fundo ideológica e sim de uma estratégia nacional de desenvolvimento que precisa ter em conta que em alguns setores a presença do Estado é necessária e fundamental!

Não podemos ainda deixar de lembrar que crimes ambientais e sociais, como os ocorridos em Mariana e Brumadinho, mostram o lado mais perverso de empresas privatizadas que pagam bilhões em dividendos enquanto deixam rastros de mortes e destruição ambiental, social e econômica.

A luta pela não privatização da Eletrobrás é de todos nós! Precisamos urgentemente priorizar a soberania nacional e voltar a desempenhar o papel de líder regional na América Latina!

Marília Arraes Deputada Federal (PT/PE)

**Site:**

**<http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/opiniao/2021/05/privatizar-a-elektrobras-e-um-atentado-contra-o-brasil.html>**

## Retomada integral (3)

Há quase um mês, as expectativas de crescimento da economia vêm aumentando no Boletim Focus, do Banco Central. Ontem, as agências de análise ouvidas apontaram, em média, um crescimento de 3,21% do Produto Interno Bruto. É uma guinada na confiança na recuperação após o Brasil ter amargado uma queda de 4,1% no **PIB** do ano passado.

Há um entendimento de que, apesar de os indicadores econômicos serem de baixa, o país estaria conseguindo absorver melhor a segunda onda da pandemia. Um dos exemplos é a queda mensal de 0,6% no comércio em março, quando se esperava um tombo cinco vezes maior diante do início das medidas de isolamento, e o crescimento em abril do índice de confiança do setor, medido pela Fundação Getulio Vargas.

Contudo, para a continuidade da tendência, é preciso garantir segurança à população e ao setor produtivo. A falta de insumos para a produção de vacinas, alertada pelos institutos Butantan e Fiocruz, é uma ameaça ao programa nacional de imunização. A estimativa do banco de investimentos UBS BB é de que o país atingirá a imunidade quando a população maior de 30 anos for vacinada. Isso equivale a 56% da população, mas, até agora, apenas cerca de 9% dos brasileiros receberam as duas doses necessárias.

E a saúde financeira das empresas tampouco tem sido preservada. Com altas taxas de juros e programas de socorro de crédito funcionando a conta-gotas, a taxa de inadimplência das micro, pequenas e médias empresas, que estava em queda, voltou a subir, saltando de 2,12% em dezembro para 2,43% em março, segundo o BC.

Só com a abordagem conjunta e consistente a esses dois polos será possível alcançar uma retomada verdadeira que tire o Brasil da crise financeira e sanitária definitivamente.

**Site:**

**<https://digital.otempo.com.br/leitor/#/jornais/1/edicoes/15878>**